

SUMÁRIO

Lista de Abreviaturas e Siglas	3
Lista de Figuras.....	4
Lista de Gráficos	5
Lista de Quadros	6
Lista de Tabelas.....	7
1. INTRODUÇÃO.....	8
1.1 Contextualização do tema.....	8
1.2 Formulação do problema de pesquisa.....	9
1.3 Descrição dos objetivos da pesquisa.....	10
1.3.1 Objetivo Geral.....	10
1.3.2 Objetivos Específicos.....	11
1.4 Justificativas e contribuições da pesquisa.....	11
1.5 Estrutura do trabalho.....	14
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1 ONU.....	15
2.2 Operações de paz	18
2.2.1 A evolução histórica das operações de paz e perspectivas	26
2.2.2 A participação brasileira em operações de paz	31
2.2.3 Por que promover e participar de operações de paz?.....	35
2.2.3.1 Do ponto de vista da ONU (nível mundial)	36
2.2.3.2 Do ponto de vista do Brasil (nível nacional)	37
2.2.4 Desafios atuais enfrentados pelas operações de paz	39
2.2.4.1 Declínio da qualidade das Operações de Paz.....	40
2.2.4.2 Mudança no perfil das Operações de Paz	42
2.2.5 As forças militares em operações de paz sob comando da ONU	44
2.3 Parâmetros de excelência.....	48
3. METODOLOGIA	58

3.1 Tipo de estudo.....	58
3.2 Método de estudo.....	59
3.3 Estratégia de pesquisa.....	59
3.3.1 Técnicas e instrumentos de coleta de dados	61
3.3.1.1 Plano de Amostragem.....	63
3.3.2 Parâmetros de Excelência Utilizados na Análise.....	64
3.3.3 Técnica de Análise dos Dados.....	64
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	68
4.1 Apresentação dos Resultados da Pesquisa Bibliográfica e Documental	68
4.1.1 Dos parâmetros de excelência analisados	68
4.1.1.1 Do parâmetro de excelência 1 da Categoria C.....	68
4.1.1.2 Do parâmetro de excelência 2 da Categoria C.....	70
4.1.1.3 Do parâmetro de excelência 3 da Categoria C.....	72
4.1.1.4 Do parâmetro de excelência 4 da Categoria C.....	73
4.1.1.5 Do parâmetro de excelência 5 da Categoria C.....	73
4.2 Análise das entrevistas.....	74
4.2.1 Perfil dos Entrevistados do Oficialato do Exército Brasileiro	74
4.2.2 Apresentação dos resultados das entrevistas.....	75
4.2.2.1 Da pergunta 1	75
4.2.2.2 Da pergunta 2.....	79
4.2.2.3 Da pergunta 3.....	83
4.2.2.4 Da pergunta 4.....	85
4.2.2.5 Da pergunta 5.....	87
4.2.2.6 Da pergunta 6.....	89
4.2.2.7 Da pergunta 7.....	92
4.3 Apresentação dos resultados por Objetivo Específico.....	94
4.3.1 Análise Descritiva do Objetivo Específico 01	94
4.3.2 Análise Descritiva do Objetivo Específico 02	95
4.3.3 Análise Descritiva do Objetivo Específico 03.....	97

4.3.4 Análise Descritiva do Objetivo Específico 04	98
4.3.5 Análise Descritiva do Objetivo Específico 05	98
5. CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
Referência Bibliográfica	102
APÊNDICES	105

Lista de Abreviaturas e Siglas

AI-5: Ato Institucional número 5

AGNU: Assembléia Geral das Nações Unidas

C-34: Comitê Especial sobre Operações de Manutenção da Paz. Criado em 1965 com 33 membros, foi conhecido originalmente como C-33, passando à designação C-34 em 1988, a qual mantém até hoje.

CCOPAB: Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil

COTER: Comando de Operações Terrestres

CP: *Check Points*

CSNU: Conselho de Segurança das Nações Unidas

DFS: *Department of Field Support* (Departamento de Apoio ao Terreno)

DPA: *Department of Political Affairs* (Departamento de Assuntos Políticos)

DPKO: *Department of Peacekeeping Operations* (Departamento de Operações de Paz)

ECOSOC: Conselho Econômico Social

EUA: Estados Unidos da América

FC: *Force Commander*

FFAA: Forças Armadas

MINUSTAH: Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti

ONG: Organização Não Governamental

ONU: Organização das Nações Unidas

ONUMOZ: Operação das Nações Unidas em Moçambique

OP: *Observation Points*

OTAN: Organização do Tratado do Atlântico Norte

QG: Quartel General

SG: *Secretary General* (Secretário Geral)

TCC: *Troop Country Contributors* (Países Contribuintes de Tropas)

UE: União Européia

UNAMA: Missão de Paz da ONU no Afeganistão

UNCTAD: Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento

UNEF: Força de Emergência das Nações Unidas (1956-1967)

USG: *Under Secretary General* (Subsecretário Geral)

Lista de Figuras

Figura I: Atividades de operações de paz ordenadas e “Zonas Cinzentas”	25
Figura II: Missões Administradas pelo DPKO (julho de 2010)	28

Lista de Gráficos

Gráfico I: Número de pessoal uniformizado da ONU em operações de paz entre 1991 e 2010 ...	29
Gráfico II: Contribuição do Brasil em relação ao total e ao maior contribuinte.....	33

Lista de Quadros

Quadro I: Comparando Tipologias para Operações de Paz propostas pelos pesquisadores.....	21
Quadro II: Interesses brasileiros em contribuir para operações de paz da ONU	39
Quadro III: Categoria A de parâmetros de excelência – Variáveis Atitudinais.....	50
Quadro IV: Grupo B de parâmetros de excelência – Variáveis Comportamentais.	52
Quadro V: Categoria C de parâmetros de excelência – Variáveis Intervenientes.	55
Quadro VI: Matriz de Amarração dos objetivos (geral e específicos) com as respectivas técnicas de coleta e análise de dados.	60
Quadro VII: Perfil dos entrevistados.	75
Quadro VIII: Respostas dadas pelos Oficiais Superiores para a pergunta 1.....	76
Quadro IX: Respostas dadas pelos Oficiais Superiores para a pergunta 2.	80
Quadro X: Respostas dadas pelos Oficiais Superiores para a pergunta 3.....	83
Quadro XI: Respostas dadas pelos Oficiais Superiores para a pergunta 4.	86
Quadro XII: Respostas dadas pelos Oficiais Superiores para a pergunta 5.....	88
Quadro XIII: Respostas dadas pelos Oficiais Superiores para a pergunta 6.....	90
Quadro XIV: Respostas dadas pelos Oficiais Superiores para a pergunta 7.	92

Lista de Tabelas

Tabela I: Evolução da proporção de militares mulheres por categoria em operações de paz.	69
Tabela II: Notação do Objeto de Atitude “Armamento e Equipamentos”.....	78
Tabela III: Notação do Objeto de Atitude “Tratamento dos casos de quebra do código de conduta”	82
Tabela IV: Notação do Objeto de Atitude “Monitoramento”.....	85
Tabela V: Notação do Objeto de Atitude “QUIPs nos primeiros estágios”.....	87
Tabela VI: Notação do Objeto de Atitude “Treinamento Indutório in mission”.....	89
Tabela VII: Notação do Objeto de Atitude “Métodos de treinamento”.....	91
Tabela VIII: Notação do Objeto de Atitude “Treinamentos ou exercícios conjuntos”.....	94

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização do tema

As operações de paz sempre foram um dos símbolos mais visíveis do papel das Nações Unidas na manutenção da segurança e paz internacionais e de acordo com o relatório *Building on Brahimi* (2009, p. 4) essas operações reduzem em 70% as chances de um país na fase pós-conflito retornar à guerra. A prática dessas missões começou em 1948 e até 31 de dezembro de 2010 foram ao todo 64 operações empreendidas pela Organização (*Year in Review 2010*, 2011, p.76). Após o término da Guerra Fria, o número de conflitos reduziu 80% (*Building on Brahimi*, 2009, p. 4), no entanto o número de *peacekeepers* ativos cresceu exponencialmente (*Building on Brahimi*, 2009, p. 5). Além disso, segundo o relatório *Building on Brahimi* (2009, p. 6) a perspectiva é de aumento no número de conflitos ao redor do mundo. Nesse contexto, essa atividade não deveria mais ser tratada como temporária, mas sim como atividade contínua e central da ONU (THAKUR, 2001, p. 56).

Esse instrumento das Nações Unidas conta com o apoio do Brasil, que desde 1948 participou de mais de 30 operações de paz, tendo cedido tropas em 05 casos (UZIEL, 2010, p. 200). Atualmente o país contribui com 2.196 militares (*Year in Review 2010*, 2011, p.80) ocupando o 12º lugar no ranking composto por 115 países o que demonstra seu comprometimento tanto com a ONU, como com esse mecanismo em particular, sendo que segundo Uziel (2010, p. 200) o Brasil tem potencial para expandir sua contribuição, o que é interessante uma vez que a participação em operações de paz proporciona uma combinação de: prestígio, recompensa financeira, oportunidade de aperfeiçoamento das tropas (*Building on Brahimi*, 2009, p. 2) ademais de outros benefícios específicos relacionados às aspirações do Brasil.

Se por um lado participar de operações de paz é benéfico para o Brasil em diversos níveis, por outro se faz necessário adaptar-se às mudanças no perfil dessas operações apontadas pelo *Brahimi Report* (2000, p. 24) que tornaram as demandas cada vez mais complexas. Outro desafio a ser superado, diz respeito ao declínio da qualidade das operações de paz que entre outros fatores decorre da variedade de padrão entre as tropas dos diversos países contribuintes (Jakobsen e Daillare, 2006).

Fundamentado em algumas recomendações selecionadas na revisão dos relatórios oficiais emitidos pela ONU e da literatura existente, o presente trabalho busca analisar a atuação das tropas brasileiras em operações de manutenção da paz lideradas pela Organização e avaliar o nível de atuação desses contingentes sob a ótica dessas recomendações as quais para esta pesquisa foram utilizadas como parâmetros de excelência.

1.2 Formulação do problema de pesquisa

Com base na contextualização do tema realizada até o momento depreende-se a relevância das operações de paz da ONU enquanto instrumento para manter a paz e segurança internacionais. Também foi possível notar que o Brasil tem tradição de apoiar as operações de paz empreendidas pela Organização (desde que não sejam robustas) e que o país apresenta potencial para expandir suas contribuições em termos de envio de tropas o que converge com seus objetivos em relação ao âmbito interno, às iniciativas multilaterais e o sistema internacional.

A breve caracterização das operações de paz atuais por sua vez permite inferir que as contínuas mudanças no perfil das operações de paz e o declínio da qualidade desse instrumento implicam em superar antigos e novos desafios. Nesse contexto, as operações de paz tornaram-se multidimensionais e conseqüentemente mais complexas o que reflete nas atividades desempenhadas pelos componentes que atuam nessas missões exigindo dessa forma um alto nível de preparo para atingir de forma eficiente os objetivos contidos em seus mandatos.

Vale ressaltar ainda o longo hiato de não participação do Brasil nas operações de paz e no CSNU (1968-1988) que resultou em perda de experiência nessa área, além de capital político, os

quais tiveram que ser reconstruídos lentamente nas últimas duas décadas. Nota-se assim, que após tão longa ausência, o país vem tendo que reconstruir seu *modus operandi* (UZIEL, 2010, p. 156). Diante desse processo, dos desafios impostos às tropas brasileiras que participam de operações de manutenção da paz empreendidas pela ONU e do interesse do Brasil em seguir contribuindo com o envio de contingentes adequadamente capacitados (treinados e equipados) para cumprir os mandatos, o problema de pesquisa se resume à seguinte questão:

Qual o nível de atuação das tropas brasileiras em operações de manutenção da paz empreendidas pela ONU à luz dos parâmetros de excelência identificados na revisão dos relatórios oficiais emitidos pela Organização e da literatura?

1.3 Descrição dos objetivos da pesquisa

1.3.1 Objetivo Geral

O objetivo geral do presente estudo é o de **avaliar o nível de atuação das tropas brasileiras em operações de manutenção da paz¹ sob o comando da ONU à luz dos parâmetros de excelência identificados na revisão dos relatórios oficiais emitidos pela Organização e da literatura** visando contribuir para o processo contínuo de construção de um *modus operandi* para tropas brasileiras que participem de operações de manutenção da paz que atenda às novas demandas e supere os desafios impostos a essas missões. Entende-se por nível de atuação adequado aquele que esteja de acordo com as recomendações selecionadas e permita que uma vez desdobradas, as tropas possam manter a eficiência e disciplina que delas se espera.

Para se atingir o objetivo proposto, inicialmente buscou-se extrair, por meio de uma pesquisa documental, atributos relevantes desejáveis para tropas da ONU contidos nos diversos relatórios emitidos pela Organização e na literatura desenvolvida pelos principais autores da área de operações de paz. Tais recomendações identificadas servirão como variáveis latentes e

¹ Conforme o conceito de operações de manutenção da paz descrito no item 2.2 com base na revisão da literatura sobre operações de paz.

intervenientes, as quais foram classificadas como “parâmetros de excelência” a fim de verificar na seqüência a existência de um alinhamento entre a atuação dos militares brasileiros e tais parâmetros. A referida análise permitirá encontrar evidências que demonstrem se essa atuação está aquém, adequada ou supera as expectativas em relação aos cascos azuis.

1.3.2 *Objetivos Específicos*

Como objetivos específicos têm-se:

- Objetivo 1:** Identificar e categorizar os parâmetros de excelência (variáveis latentes) que servem de referência para a análise da atuação de tropas militares em operações de manutenção da paz da ONU.
- Objetivo 2:** Avaliar o nível de atuação das tropas brasileiras em operações de manutenção da paz da ONU segundo os parâmetros de excelência selecionadas nos relatórios oficiais da Organização e na literatura.
- Objetivo 3:** Identificar os possíveis pontos de melhoria com relação à atuação das tropas brasileiras em operações de manutenção da paz da ONU.
- Objetivo 4:** Verificar a existência de um padrão de atuação (*modus operandi*) das tropas brasileiras em operações de manutenção da paz.
- Objetivo 5:** Fornecer informações estratégicas para o bom desempenho das tropas brasileiras em operações de manutenção da paz.

1.4 **Justificativas e contribuições da pesquisa**

“O sucesso ou fracasso de uma missão depende do desempenho e boa conduta do seu pessoal.”

(*A New Partnership Agenda*, 2009, p. 33)

As operações de paz da ONU são consideradas uma atividade *core* da Organização (*Brahimi Report*, 2000, parágrafo 133, p.23) e extremamente relevantes enquanto instrumentos

para manutenção da paz e segurança internacionais, sendo que os países em desenvolvimento têm ampliado ao longo do tempo suas contribuições para essas iniciativas (UZIEL, 2010). O Brasil tem tradição de apoiar essas missões desde que respeitem a soberania do Estado anfitrião e não impliquem no uso da força. Na condição atual de potência média emergente o país está entre os 15 maiores contribuintes em termos de tropa, com potencial de aumentar sua contribuição, sendo que há o interesse em participar dessas operações haja vista que as recompensas que as mesmas proporcionam, convergem com os objetivos do Brasil no âmbito interno, na Organização e no sistema internacional.

As tropas enviadas devem estar à altura dos desafios impostos pelas operações de manutenção da paz as quais estão cada vez mais complexas e com tarefas multidimensionais, exigindo um alto nível de preparo de seus componentes. No entanto, relatórios da ONU apontam grandes diferenças entre os níveis de atuação dos contingentes enviados pelos países (*Brahimi Report*, 2000, p. 18) e foram constatadas críticas com relação ao desempenho de tropas de países em desenvolvimento (UZIEL, 2010, p. 61), o que prejudica o êxito das operações. Dado o fato, em primeiro lugar, de o Brasil ter se ausentado por vinte anos de atividades da ONU, entre elas das operações de paz conforme menciona Uziel (2010, p.88), sendo que nesse período o formato dessas missões passou por grandes mudanças e o país perdeu prática e conhecimento necessários para enviar seus militares para essas operações. Considerando, em segundo lugar, que o sucesso de uma operação de paz depende de seu pessoal e, em terceiro lugar, tendo em vista que 96%² do pessoal enviado pelo Brasil para operações de manutenção da paz são militares, é importante para o Brasil e em especial para o Exército Brasileiro como partes interessadas no êxito das operações de manutenção da paz e no bom desempenho de seus enviados terem conhecimento em relação ao nível de atuação das tropas brasileiras nessas operações segundo parâmetros de excelência selecionados com base nos relatórios oficiais da ONU e sugeridos pela literatura.

Dessa forma, com base na avaliação proposta pela presente pesquisa será possível verificar o nível da atuação das tropas brasileiras em operações de manutenção da paz e o resultado permitirá realizar contribuições de forma direta para o Exército Brasileiro e para a

² Cálculo realizado com base nos dados apresentados pelo relatório *Year Review 2010*, 2010 p. 80.

literatura e de forma indireta para o Brasil, as Forças Armadas de outros países contribuintes de tropas para missões de paz (TCCs) e para a ONU.

No caso do Exército Brasileiro, espera-se contribuir para o contínuo processo de aprimoramento das tropas brasileiras, em especial os militares que participam de operações de manutenção da paz sob o comando da ONU por meio de uma análise dos pontos fortes e possíveis melhorias que venham a ser identificadas segundo os parâmetros de excelência identificados nos relatórios oficiais da Organização, bem como na literatura, os quais também servirão como material de referência em termos de informações estratégicas e táticas para as Forças Armadas. Além disso, corroborar a existência de um padrão de atuação das tropas brasileiras em operações de manutenção da paz possibilita inferir que há uma capacitação adequada dos militares por meio de treinamentos que permitem uma formação homogênea de suas tropas.

Com relação à literatura, apesar do grande número de obras no campo das missões de paz, constatou-se que poucos autores (e um número menor ainda de autores brasileiros) escreveram sobre a participação brasileira em operações de manutenção da paz da ONU sob a ótica da atuação das tropas brasileiras e a presente pesquisa visa contribuir por meio da análise acadêmica para o conhecimento científico e reflexão nesse campo cuja literatura é escassa.

De forma indireta, contribuir para o bom desempenho das tropas brasileiras em operações de manutenção da paz é positivo para o Brasil haja vista que contingentes bem treinados e equipados e adequados aos níveis internacionais de exigência conferem credibilidade ao país o que é importante para atingir seus objetivos no âmbito da ONU e de projeção no sistema internacional. Vale ressaltar que o levantamento das informações propostas nessa pesquisa também oferecerá a oportunidade de Forças Armadas de outros TCCs em desenvolvimento ou até mesmo desenvolvidos realizarem um *benchmarking* em relação às tropas brasileiras. Por fim, os benefícios proporcionados pelo presente trabalho se estendem à própria ONU que poderá contar com um país cujas tropas estão adequadamente preparadas para enfrentar os desafios atuais impostos às missões de paz a fim de garantir a segurança e paz internacionais.

1.5 Estrutura do trabalho

O presente texto está dividido em cinco capítulos. O capítulo I tem como objetivo contextualizar o tema para em seguida apresentar a formulação do problema de pesquisa, a descrição dos objetivos de pesquisa (geral e específicos), a justificativa e contribuições da pesquisa, encerrando com o atual tópico que diz respeito à estrutura do trabalho.

No capítulo II por sua vez faz-se a revisão bibliográfica relativa à ONU, às operações de paz sob o comando dessa Organização (com foco no componente militar) e é conferido destaque aos parâmetros de excelência identificados nos relatórios oficiais sobre operações de paz das Nações Unidas, bem como na literatura existente sobre o campo, os quais serão categorizados e adotados nessa pesquisa com o intuito de avaliar a atuação das tropas brasileiras em operações de manutenção da paz empreendidas pela ONU.

O capítulo III trata das questões metodológicas utilizadas para compreender o nível de atuação dos contingentes militares desdobrados para operações de manutenção de paz. É importante frisar que dadas às características da pesquisa escolheu-se a metodologia mais adequada para atingir os objetivos que a presente pesquisa se propõe.

A apresentação e análise dos dados coletados e os respectivos resultados são desenvolvidas no capítulo IV. Por fim, no capítulo V são feitas as conclusões e considerações finais recapitulando de forma estruturada os principais temas apresentados nesse trabalho e sintetizando os principais pontos referentes ao desenvolvimento da pesquisa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A presente análise do referencial teórico está dividida em três blocos apresentados nessa ordem: ONU, Operações de Paz e Parâmetros de Excelência, sendo a revisão bibliográfica do primeiro breve, uma vez que será concedida ênfase nos dois últimos blocos. Optou-se por essa divisão uma vez que tanto informações referentes às Nações Unidas, bem como às Operações de Paz fornecem subsídio sobre o escopo do objeto da pesquisa a qual tratará exclusivamente de operações de manutenção da paz lideradas pela ONU. Conforme mencionado, o destaque do capítulo reside nos parâmetros identificados com base nos relatórios oficiais da Organização sobre operações de paz e na literatura existente nesse campo. A importância dos parâmetros selecionados decorre do fato de que os mesmos servirão de base para avaliar o nível de atuação das tropas brasileiras em operações de manutenção da paz comandadas pelas Nações Unidas.

2.1 ONU

“International Organizations touch our daily lives in myriad ways. They are an important means of arranging the functioning of the state-based international system more satisfactorily than had proven to be the case in conditions of international anarchy [...] The organization’s greatest strength as the only universal forum for cooperation and management is its mobilizing and convening potential. The global public goods of peace [...] cannot be achieved by any country acting on its own.” (THAKUR, 2001, p. 22 e 23)

Haja vista que o presente trabalho tem como enfoque apenas as operações de manutenção da paz lideradas pela ONU, autorizadas pelo CSNU, conduzidas sob a direção do Secretário Geral da Organização (SG) e planejada, gerenciada, dirigida e apoiada pelo Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DPKO) e o Departamento de Apoio ao Terreno (DFS), faz-se mister prover informações sobre a Organização e a forma que ela lida com esse instrumento.

A ONU é uma organização intergovernamental criada em 24 de outubro de 1945, após duas Guerras Mundiais, dedicada conforme consta na própria Carta das Nações Unidas³ a salvar “as futuras gerações do horror da guerra”. A decisão foi tomada pelas grandes potências com o intuito de dotar o sistema internacional de um mecanismo de segurança coletiva que permitisse prevenir futuros conflitos da mesma magnitude destruidora da I e II Guerras Mundiais. Desde sua criação, a ONU foi acionada para evitar que disputas deflagrem uma guerra, para persuadir partido opostos a usar o diálogo ao invés da força das armas e ajudar a restaurar paz quando conflitos não foram impedidos. Ao longo das décadas, as Nações Unidas ajudaram a conter ou terminar inúmeros conflitos, em muitos casos por meio do desdobramento de operações de manutenção da paz (*Handbook on UN Multidimensional Peacekeeping Operations*, 2003) o que as tornou em uma das principais ferramentas da Organização para atingir esses objetivos, apesar do fato dessas missões não estarem previstas explicitamente na Carta da ONU (Doutrina Capstone, 2008, p. 11).

Tendo em vista que todas as missões de manutenção da paz sob mandato da ONU são gerenciadas, de forma direta ou indireta, por órgãos integrantes da Organização torna-se importante conhecer seus principais organismos e as funções do CSNU e daqueles departamentos que estão envolvidos diretamente nas atividades relacionadas às operações de manutenção da paz. São seis os principais organismos da ONU, conforme prescrito em sua Carta: Secretariado, Assembleia Geral (AG), Conselho de Segurança (CSNU), Conselho Econômico Social (ECOSOC), Conselho de Tutela e Corte Internacional de Justiça.

Segundo Uziel (2010) se as operações de manutenção da paz representam a evolução dos acordos políticos alcançados para que as Nações Unidas pudessem atuar na manutenção da paz e segurança internacionais, o CSNU é o local privilegiado para a celebração de tais acordos, ainda que não tenha competência exclusiva para tratar dos assuntos relacionados à paz e segurança. A Assembleia Geral teve iniciativa durante anos nessa área, porém desde o começo da década de 80 o Conselho de Segurança adotou um ritmo crescente de trabalho e voltou a ser respeitado nas

³ A Carta da ONU foi assinada em São Francisco (EUA) em 26/06/1945 e é seu documento de fundação para todos os trabalhos da Organização (Doutrina Capstone, 2008, p. 11)

Nações Unidas como “o órgão precipuamente responsável pela manutenção da paz” (UZIEL, 2010, p. 113). Dessa forma, as operações de manutenção da paz representam uma das principais ferramentas do Conselho, tendo em vista que atuam diretamente nos conflitos, sendo esse o órgão responsável por moldar uma missão de paz, definindo: o Mandato⁴ e as tarefas a serem executadas, o número de tropas e policiais exigidos, bem como seus objetivos e o país que será o local da atuação.

A manifestação mais comum de uma decisão do CSNU é a Resolução e o mandato é a expressão escrita, em geral breve, desse documento emitido pelo Conselho para o estabelecimento de uma operação de manutenção da paz. Vale ressaltar que a Resolução é adotada com base em um relatório do SG, no qual é exposta a situação no país anfitrião e que ao longo da evolução do processo de paz, compete ao CSNU à expedição de novas Resoluções específicas pertinentes.

Uma vez adotada a Resolução, cabe ao SG delegar ao Subsecretário-Geral do DPKO a autoridade pelo planejamento, preparação, condução e orientação de todas as missões de paz da ONU. Nesse sentido, o DPKO⁵ que foi estabelecido em 1992, como departamento separado do Secretariado das Nações Unidas, é responsável, em cooperação com outros departamentos, por planejar, gerenciar, desdobrar e apoiar em nome do SG as operações de paz da Organização provendo orientação executiva a todas. Nesse contexto, o DPKO atua como braço operacional do SG para as missões de paz das Nações Unidas o que lhe confere o status de acordo com Thakur (2001, p. 20) de “Ministério da Defesa da ONU”. De acordo com o Manual de Campanha C 95-1 (1998, p. 2-5)⁶ as atividades básicas do DPKO são:

- a. Proporcionar gerenciamento e orientação;
- b. Formular políticas e procedimentos;
- c. Assegurar pessoal, unidades militares e seu equipamento;

⁴ Em princípio, um Mandato deve incluir: os objetivos da Missão, os países contribuintes, os termos ou condições assumidas pelo(s) país(es) anfitrião(ões) e partidos em conflito em função da presença da força de paz, direitos e imunidades outorgados ao pessoal da força de paz e a situação final desejada (“desired end state”).

⁵ O DPKO era anteriormente intitulado Departamento para Assuntos Políticos Especiais (“Department for Special Political Affairs”).

⁶ Manual de Campanha C 95-1 – OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ, 2ª Edição, 1998.

- d. Desenvolver metodologias e planos operacionais;
- e. Desenvolver planejamentos emergenciais;
- f. Monitorar e controlar fundos orçamentários;
- g. Proporcionar apoio administrativo e logístico;
- h. Manter contato com as partes em conflito;
- i. Ligar-se com os Estados-Membros e demais Agências; e
- j. Preparar os relatórios do SG.

É importante notar que o DPKO tem vínculos estreitos de trabalho com o Departamento de Assuntos Políticos (DPA) o qual é o ponto focal no sistema das Nações Unidas para prevenção de conflito, manutenção da paz e construção da paz (*Handbook on UN Multidimensional Peacekeeping Operations*, 2003, p.12).

Depreende-se, portanto que a ONU ainda é a única organização que promove operações de manutenção da paz que gozam de um maior grau de legitimidade internacional devido ao fato de poder contar com as cinco potências (China, EUA, França, Inglaterra e Rússia) como membros permanentes no Conselho de Segurança, além de incluir potências emergentes, bem como regionais que podem participar conjuntamente na provisão de estabilidade. A organização tem a capacidade singular de agrupar a autoridade legal e política do CSNU, a contribuição financeira e de pessoal dos Estados-Membros, o apoio dos países anfitriões e a experiência acumulada do DPKO e outros departamentos do Secretariado para conduzir operações no campo. É essa parceria global que proporciona às operações de manutenção da paz da ONU a legitimidade, sustentabilidade e alcance global (*A New Partnership Agenda*, 2009, p. ii).

2.2 Operações de paz

Termos como *peace operations*, *peacekeeping operations*, *peacekeeping missions* ou ainda *peace forces* são utilizados genericamente⁷ para se referir às missões e operações que não

⁷ Até o presente tópico do trabalho, os termos missões de paz, operações de paz e operações de manutenção da paz foram utilizados sem distinção, salvo nos itens 1.5, 1.6 e 1.7 que tratam da formulação do problema, da descrição

sejam combates militares entre inimigos claramente reconhecíveis. Segundo Uziel (2010, p. 19) não há uma decisão das Nações Unidas que defina o conceito de operações de manutenção da paz. Esse complexo campo terminológico e conceitual deriva, na opinião de Thakur (2001, p. 9), do fato das operações de manutenção da paz terem desenvolvido tantas variações ao longo do tempo que impossibilitaram o termo conservar uma clareza conceitual. O objetivo desse tópico é expor essa discussão por meio de uma revisão das diversas correntes existentes para ao final estabelecer aquela que será adotada pela presente pesquisa. A definição da terminologia faz-se necessária para delinear com maior precisão o fenômeno a ser estudado e com base no termo escolhido serão determinadas as características operacionais e conseqüentemente as tarefas a serem desempenhadas.

Do ponto de vista jurídico, as operações de paz não constam explicitamente em nenhum artigo da Carta das Nações Unidas. O documento confere em seu artigo primeiro a responsabilidade para a Organização de manter a paz e segurança internacionais e para cumprir essa missão a ONU pode adotar uma série de medidas, sendo que as operações de paz surgiram como um das possíveis respostas às limitações ao sistema de segurança coletivo da Carta. A base legal para essas ações pode ser encontrada nos capítulos VI, VII e VIII da Carta. Tais capítulos proporcionam instruções específicas para solução de disputas internacionais, ameaças à paz, perturbações da paz e atos de agressão, incluindo ações orientadas para os partidos envolvidos e adoção de medidas para solução pacífica de disputas locais. O capítulo VI lida com a “Solução Pacífica de Controvérsias”, enquanto o capítulo VII estabelece as condições de atuação da Organização no caso de “Ação relativa a Ameaças à Paz, Ruptura da Paz e atos de Agressão” e por fim no capítulo VIII está prevista a adoção de medidas de caráter regional desde que sejam consistentes com os fins e princípios contido no capítulo I da Carta. Vale ressaltar que o artigo

dos objetivos, justificativa e contribuições da pesquisa visto que já devem apresentar o termo contemplando a distinção com base na tipologia adotada. Faz-se mister reforçar que a partir desse ponto da pesquisa em diante, serão levados em conta os respectivos conceitos e será conferido foco especificamente às operações de manutenção da paz, tendo em vista os argumentos que delimitam o escopo do trabalho apresentados no itens 1.5 e 1.7.

43 da Carta é o que especificamente prevê que forças militares seriam colocadas à disposição da ONU por meio de acordos entre a Organização e os Estados.

As operações de paz também foram guiadas ao longo do tempo por um grande corpo de princípios (não escritos) sendo que três princípios básicos tradicionalmente serviram de referência para esse instrumento lhe conferindo legitimidade e credibilidade: consentimento das partes envolvidas no conflito, imparcialidade dos *peacekeepers* e não uso da força, exceto em casos de autodefesa ou defesa do mandato (Doutrina Capstone, 2008). Essa tríade de princípios está fundamentada na premissa de que as operações de paz podem ajudar a construir a ponte entre o cessar das hostilidades e a paz duradoura desde que os partidos no conflito tenham a vontade política necessária para atingir esse objetivo e que apenas uma presença imparcial no campo pode amenizar as tensões entre as parte hostis e criar o espaço para negociações políticas. Dessa forma, essas operações são politicamente imparciais e essencialmente não coercitivas o que permite que os cascos azuis sejam levemente armados apenas para autodefesa (THAKUR, 2001, p. 167). Agrupados, esses princípios proporcionam as diretrizes para os integrantes no campo, bem como para os que servem no Quartel General da ONU (QG).

Tanto o marco jurídico apresentado, como os princípios citados, apesar de servirem de referência para o entendimento das operações de paz, não fornecem informações suficientes para definir o que são essas operações. Tendo em vista a carência de uma definição oficial mais concreta, aliada à complexidade do assunto devido às inúmeras dimensões com fronteiras imprecisas que foram agregadas às missões de paz ao longo do tempo, muitos autores optam por adotar tipologias para as operações de paz. Segundo Thakur (2001, p. 9) alguns pesquisadores como Henry Wiseman dividem as operações de manutenção da paz por tipo de ator e dessa forma haveria missões da ONU, regionais, independentes e *ad hoc*. Já outros estudiosos dividem as operações de paz cronologicamente, agrupando em períodos que compreendam missões com características similares. Porém a classificação mais comumente utilizada está baseada de acordo com a relação que se estabelece entre as operações de paz e o uso da força, as funções e tarefas desempenhadas. Alguns autores dessa última corrente e suas respectivas categorias podem ser observados no Quadro II apresentada a seguir:

Quadro I: Comparando Tipologias para Operações de Paz propostas pelos pesquisadores.

	Mackinlay and Chopra (1992)	Durch (1996)	Byman et al. (2000) (principal tasks)	Diehl (2001) (mission clusters)	Findlay (2002)	Ku and Jacobson (2002)	Bellamy, Williams, and Griffin (2004)
Use of Force (most to least likely, reading down)	Enforcement		Restoring order		Enforcement	Enforcement	Peace enforcement
	Sanctions enforcement	Peace enforcement ↑	Enforcing a peace agreement	Coercive missions	Peace enforcement	Force to ensure compliance with international mandates	Peace support operations ↑
	Guarantee of rights of passage		Protecting humanitarian assistance				
	Protecting delivery of humanitarian assistance	Humanitarian intervention	Restoring civil society	Peacekeeping plus state building	Managing transitions		
	Assisting in the maintenance of law and order					Multi-dimensional peace operations	Humanitarian assistance
	Supervising a cease-fire between irregular forces	Preventive peacekeeping	Traditional peacekeeping	Monitoring	Monitoring and observation		
	Conventional observer missions						

Fonte: DURCH, William J., Twenty-First-Century Peace Operations, ed. William J. Durch, 2006, p. 7.

Seguindo essa linha de tipologia, optou-se por adotar na presente pesquisa a classificação apresentada na Doutrina Capstone (2008, revisada em 2010, pags 17 e 18) elaborada pelos departamentos DPKO e DFS da ONU, sendo que o Manual de Campanha C 95-1 – OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ (2ª Edição, 1998, 3-1, p. 15) compartilha de estrutura similar para apresentar as operações de paz, tornando-a adequada para fins do trabalho proposto. A divisão proposta está baseada em cinco categorias que segundo o Manual são “essenciais para o gerenciamento da paz e da segurança internacionais”: *conflict prevention* (diplomacia preventiva), *peacemaking* (estabelecimento da paz), *peacekeeping* (manutenção da paz), *peacebuilding* (consolidação da paz) e *peace enforcement* (imposição da paz) o que permite apresentar de forma clara o conceito básico de cada uma.

No caso de *conflict prevention*, trata-se do conjunto de medidas diplomáticas aplicadas para impedir que tensões e disputas no âmbito intra-estado ou inter-estados resultem em conflitos violentos. Essa forma de operação deve conter idealisticamente uma estrutura de coleta de informações e análise dos fatores determinantes do conflito para emitir relatórios que permitam antever o conflito e dessa forma atuar por meio de medidas como a consolidação da confiança

com auxílio do intercâmbio de missões diplomáticas e militares, supervisão de acordos regionais sobre armamentos e investigação dos fatos.

Peacemaking por sua vez refere-se ao processo que visa à obtenção de acordos que finalizem o confronto e permitam a solução das causas que deram origem ao conflito. Tal tipo de operação contempla medidas para acabar com o conflito em progresso por meio de ações diplomáticas (enviados, governos, grupos de Estados ou Organizações Regionais) que conduzam as partes hostis em uma negociação de acordo de paz.

Já *peacekeeping* é uma técnica desenhada para preservar a paz, ainda que frágil, em um ambiente no qual a luta foi temporariamente paralisada e apoiar na implantação dos acordos celebrados em geral com auxílio dos *peacemakers*. As operações de manutenção da paz evoluíram do modelo militar tradicional de observação de acordos de cessar-fogo e separação de forças após guerras entre Estados para incorporar um complexo modelo⁸ que contém diversos elementos (militares, policiais e civis) desempenhando em conjunto uma série de tarefas as quais serão analisadas de forma detalhada mais adiante, para ajudar a promover a fundação de uma paz sustentável.

Com relação à *peacebuilding* verifica-se que é um tipo de operação de paz que consiste de ações posteriores a um conflito intra-estatal ou inter-estatal destinadas a consolidar a paz, a fim de evitar o ressurgimento das controvérsias entre as facções inimigas. A consolidação da paz em geral envolve projetos de longo prazo direcionados para as causas estruturais profundas que deram origem ao conflito visando fortalecer as capacidades nacionais em todos os níveis que permitem o funcionamento da sociedade e o desempenho eficiente e legítimo do Estado, assim como contribuir para o desenvolvimento sócio-econômico sustentável, criando as condições necessárias para uma paz duradoura.

⁸ As operações de manutenção da paz agregaram diversas tarefas ao longo do tempo e evoluíram do modelo tradicional inicial de observação de acordos de cessar-fogo para modelos mais complexos. Dessa forma, dependendo das atividades incluídas no mandato estabelecido para a operação de manutenção da paz, esta pode ser tradicional ou não caso venham a exceder as tarefas que caracterizam o modelo tradicional.

Por fim, considera-se *peace enforcement* a aplicação, com a autorização do CSNU, de um conjunto de medidas coercitivas que incluem o uso da força militar com o objetivo de restaurar a paz internacional ou estabelecer condições em uma área de conflito ou tensão ainda que as partes envolvidas não consentam com a intervenção e estejam engajadas em confrontação bélica. As medidas de imposição da paz poderão até mesmo implicar no uso de operações de combate como estratégia para atingir seus objetivos.

Dessa forma, infere-se que operações de paz (*peace operations*) é um termo abrangente que compreende uma variedade de atividades (THAKUR, 2001, p. 9) as quais são agrupadas e classificadas de distintas maneiras por diversos autores e de acordo com a tipologia escolhida, “operações de paz” engloba cinco formas de operação entre elas operações de manutenção da paz (*peacekeeping operations*), interpretação essa conforme sugerem a Doutrina *Capstone* (2008, revisada em 2010, p. 17) e o Manual de Campanha C 95-1 – OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ (2ª Edição, 1998, 3-1, p. 15).

Com base nos conceitos apresentados é possível delinear o fenômeno com mais clareza, o que permite estabelecer os limites do escopo de atuação de cada tipo de operação de paz e conseqüentemente definir as tarefas que dizem respeito a cada uma, o que é primordial para o presente trabalho, uma vez que as tarefas a serem executadas compõem o objeto para o qual as recomendações e parâmetros de excelência foram elaborados, os quais por sua vez constituem a base da avaliação proposta. Tendo em vista o foco de estudo da presente pesquisa ser exclusivamente operações de manutenção da paz, apenas esse tipo de operação terá suas tarefas detalhadas.

As operações de manutenção da paz são desdobradas com base em um mandato elaborado pelo CSNU. As tarefas a serem executadas que serão exigidas da operação estão contidas no mandato. As exigências contidas nesse documento variam de acordo com a situação e dependem da natureza do conflito e dos desafios específicos que ele apresenta, ou seja, como a atuação ocorre em Estados com graus variados de institucionalidade, diversas tarefas podem ser demandadas, conforme descreve Uziel (2010), respeitando sempre os princípios básicos citados

anteriormente de consentimento das partes, a imparcialidade, o uso da força limitado à autodefesa⁹. De um modo geral, as operações de manutenção da paz são constituídas por tropas levemente armadas e organizadas em unidades convencionais sob o comando de um *Force Commander* (FC) para o desempenho das seguintes atividades básicas as quais foram divididas em tradicionais e suplementares, previstas na Doutrina *Capstone* (2008, revisada em 2010), no relatório *Building on Brahimi*, (2009), bem como Manual de Campanha C 95-1:

Atividades Tradicionais

- ❖ Monitorar e garantir o cessar-fogo
- ❖ Separar forças inimigas
- ❖ Estabelecer zonas de segurança

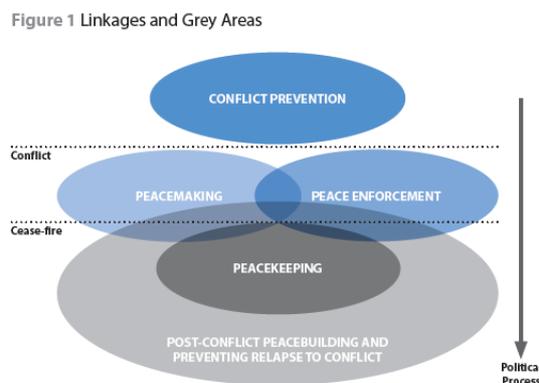
Atividades Suplementares

- ❖ Proteger civis
- ❖ Prestar assistência humanitária
- ❖ Escoltar comboios e autoridades
- ❖ Patrulhar eixos e reconhecer itinerários
- ❖ Promover e garantir os Direitos Humanos
- ❖ Apoiar e supervisionar a organização de eleições livres e legítimas
- ❖ Colaborar com os trabalhos de assentamento de deslocados e refugiados
- ❖ Proporcionar segurança às áreas de desmobilização de forças irregulares
- ❖ Proporcionar segurança a pessoal e material da ONU na área de operações
- ❖ Implementar programas voltados para a remoção de minas e artefatos de guerra
- ❖ Auxiliar no desarmamento, desmobilização e reintegração dos antigos combatentes à vida civil
- ❖ Facilitar o processo político por meio da promoção do diálogo nacional e reconciliação
- ❖ Estabelecer Postos de Observação (“Observations Posts – OP”) e Postos de Bloqueio e Controles das estradas (“Check Points – CP”)
- ❖ Auxiliar na implementação de acordos de cessação de hostilidades celebrados entre as partes em litígio

⁹ Atualmente já se admite que as operações de manutenção da paz da ONU possam também fazer uso da força no nível tático (e não estratégico como *peace enforcement*) desde que com autorização do CSNU e com o intuito de defender o mandato em situações particulares em que o Estado não consiga prover segurança ou manter a ordem pública (Doutrina *Capstone*, 2008, p. 19).

No entanto, as fronteiras entre *conflict prevention*, *peacemaking*, *peacekeeping*, *peacebuilding* e *peace enforcement* são consideradas “zonas cinzenta” (Doutrina *Capstone*, 2008, p. 18) como demonstra a Figura II a seguir e raramente as operações de manutenção da paz ocorrem em uma seqüência linear ou estão limitadas a essas atividades, podendo ser requisitadas a desempenhar um papel ativo nos esforços de *peacemaking* e atividades em estágios iniciais de *peacebuilding* como promover a implantação de infraestrutura básica, fortalecimento institucional, apoiar a formação de novos quadros profissionais, etc. Em casos excepcionais, o CSNU chegou a autorizar as operações de manutenção da paz até mesmo a assumir temporariamente as funções legislativas e administrativas do Estado para apoiar a transferência de autoridade de uma entidade soberana para outra, ou até os problemas serem resolvidos, ou ainda para ajudar o Estado a criar as estruturas administrativas que podiam não existir previamente.

Figura I: Atividades de operações de paz ordenadas e “Zonas Cinzentas”.



Fonte: Doutrina *Capstone*, 2008, p. 19.

É importante notar esse fato, uma vez que a possibilidade de ter que desempenhar tarefas que não estão inicialmente previstas no escopo de atuação, requer preparo por parte das tropas e, portanto essa demanda deve estar contemplada no treinamento dos contingentes brasileiros para que os militares estejam aptos a saberem lidar com essas novas situações.

As tarefas destinadas às operações de paz da ONU expandiram significativamente nas últimas décadas em resposta às mudanças no padrão dos conflitos e para responder de forma mais eficiente as ameaças emergentes contra a paz e segurança. Essa evolução resultou em um grau de complexidade que dificultou a criação de um conceito único que permitisse designar as operações de paz, o que levou os estudiosos do campo a criarem tipologias sobre missões de paz. Com base na classificação adotada pelo presente trabalho, foi possível definir o conceito de operações de manutenção da paz, objeto dessa pesquisa, como sendo uma atividade que está contida no termo genérico denominado operações de paz. Em seguida foi descrita uma lista de tarefas previstas para as operações de manutenção da paz as quais serão selecionadas de acordo com o caso concreto e expressas por meio de um mandato. O conhecimento dessas tarefas é relevante para análise dos tópicos subsequentes haja vista que serve para delimitar as exigências que serão impostas às atuações das tropas brasileiras que forem enviadas para operações de manutenção da paz e fornece informações para contribuir com a formação dos militares de modo que atinjam um nível de atuação condizente com os parâmetros de excelência estabelecidos pela ONU e identificados na literatura sobre o tema.

2.2.1 A evolução histórica das operações de paz e perspectivas

A prática de operações de paz começou em 1948, logo após a criação da ONU, quando os primeiros observadores militares da organização foram enviados ao Oriente Médio para monitorar o acordo de armistício entre Israel e seus vizinhos árabes. A partir desse momento, militares passaram a ser deslocados para servir em operações de paz ao redor do mundo, conforme autorização do Conselho de Segurança, a fim de monitorar cessar-fogos e acordos de paz. Inicialmente esses deslocamentos ocorreram sob a forma de grupos de observadores militares desarmados os quais posteriormente (1956) foram suplementados por batalhões armados. A Operação de Paz no Congo em 1960 foi um marco na evolução das operações de paz que mudaram dramaticamente da simples atividade de monitoramento para provimento de um conjunto substancial de assistência técnica. Essa forma multidimensional de operação de paz foi

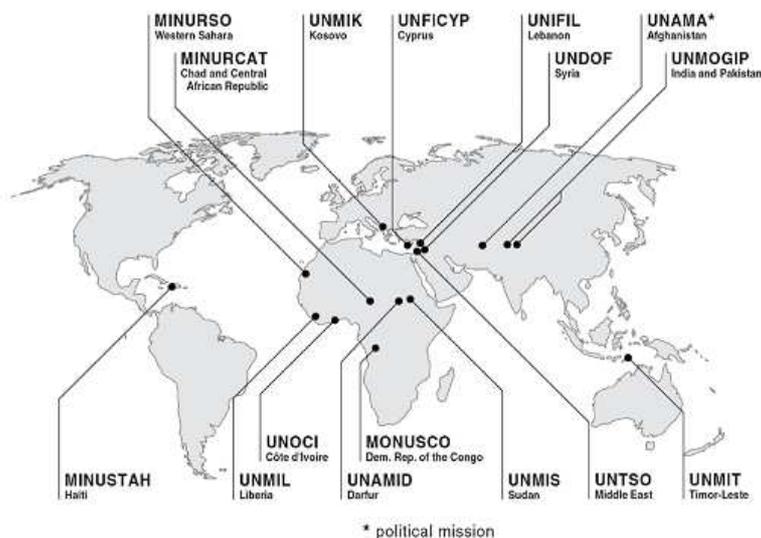
inovadora para a organização. No entanto, durante o período da guerra fria, ainda houve o predomínio do modelo tradicional de operações de paz, haja vista que os objetivos da ONU eram necessariamente limitados à manutenção do cessar-fogo e estabilização da situação.

Da década de 80 em diante as operações de paz tornaram-se ainda mais sofisticadas adotando de forma crescente a dimensão civil como policiamento, bem como monitoramento dos direitos humanos. Em 1988, os mantenedores da paz da ONU foram homenageados com o Prêmio Nobel da Paz pelas importantes contribuições realizadas em prol da paz, um dos princípios fundamentais da organização. Desde o começo da década de 90, as operações de paz da ONU têm sido posicionadas em conflitos altamente complexos e ambientes pós-conflito os quais requerem respostas mais flexíveis e multidimensionais que excedem o modelo tradicional de atuação.

Em remate, segundo o relatório oficial da ONU *Year Review 2010* (2011, p. 76) até 31 de dezembro de 2010 foram ao todo 64 operações de paz desde 1948 que apresentaram um custo total estimado acumulado até junho de 2010 no valor de USD 69 bilhões. Atualmente, de acordo com o mesmo relatório, há 15¹⁰ operações de paz conduzidas pelo Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DPKO) em andamento, conforme Figura I, as quais contam com a participação de 98.311 pessoas uniformizadas (81.792 tropas, 14.318 policiais e 2.201 observadores militares).

¹⁰ Os números incluem apenas 15 operações de paz uma vez que UNAMA é considerada uma missão política especial conduzida e apoiada pelo DPKO.

Figura II: Missões Administradas pelo DPKO (julho de 2010)



Fonte: (Year Review 2010, 2011, p. 76)

Apesar do número total de conflitos armados ao redor do mundo ter sido reduzido em 80% (*Building on Brahimi*, 2009, p. 4) entre 1992 e 2006, é possível observar que as operações de paz cresceram exponencialmente em termos de número de mantenedores da paz em áreas operacionais, sendo que a ONU tem mais tropas em serviço ativo sob seu comando do que qualquer outro ator, exceto forças militares norte-americanas (*Building on Brahimi*, 2009, p. 5). A queda no número de operações de paz pode ser parcialmente atribuída ao fim da Guerra Fria, em conjunto com a expansão da mediação internacional e das operações de paz¹¹. No entanto, há indicadores que permitem prever o aumento na demanda por operações de paz e crescente complexidade e não queda, o que pode ser corroborado pelo número crescente de tropas uniformizadas da ONU ativas no período de 1991 a 2010 conforme Gráfico I. Essa tendência é reforçada pelo aumento de conflitos em função da volatilidade no preço das commodities e dos mercados financeiros, crime organizado transnacional e problemas relacionados a questões

¹¹ Segundo *Building on Brahimi* (2009, p.4) uma análise recente demonstrou que a presença de operações de paz reduz em 70% as chances de um país em fase pós-conflito retornar à guerra.

humanitárias que ameaçam a paz e segurança regional e internacional, segundo aponta o relatório *Building on Brahimi* (2009, p.3).

Gráfico I: Número de pessoal uniformizado da ONU em operações de paz entre 1991 e 2010



Fonte: (Year Review 2010, 2011, p. 81)

Tal cenário permite inferir que as operações de paz não serão menos cruciais e ao mesmo tempo os novos ambientes para os quais serão deslocadas prometem ser complexos e inóspitos, remotos e perigosos com recursos escassos e desafios logísticos consideráveis. Enquanto algumas missões manterão o modelo tradicional de apoio ao cessar-fogo que inclui atividades de observação e monitoramento, as operações atuais e futuras tendem a exigir a execução de uma ampla gama de atividades multidimensionais e excepcionalmente sensíveis como, por exemplo, apoio ao processo de paz, construção de instituições governamentais sustentáveis, reforma do setor de segurança e das leis locais, proteção de civis, combate à violência sexual e discriminação entre os gêneros, assistência à eleição nacional, promover a segurança dos funcionários da ONU e ajuda ao fortalecimento da semente da paz que em geral costuma ser muito frágil nesses ambientes.

Em entrevista transcrita no (*Year Review 2010, 2011, p. 4 e 5*), Alain Le Roy (atual *Under Secretary General – USG – do DPKO*) sugere que as operações de paz iniciaram um período de consolidação após uma década de expansão. “Atualmente estamos focando mais a

atenção nos requisitos específicos e desafios relacionados a uma conduta de sucesso e transição das operações de paz” argumenta o oficial da organização. Essa fase vem acompanhada de uma tendência rumo a operações de grande escala, tanto na ONU quanto em outras organizações, conforme pode ser testemunhado nos últimos anos segundo (*Building on Brahimi*, 2009, p. 17) uma vez que o número de operações diminuiu e em contrapartida houve um incremento de quase 10 vezes no número de pessoal uniformizado ativo da organização na última década (vide Gráfico I).

As regiões em potencial que demandam e tendem a permanecer como foco da atuação das forças militares e policiais da ONU são África, Oriente Médio, Ásia Central e América Central, sendo as duas últimas em menor escala. A demanda permanece limitada em outras regiões onde estruturas políticas e econômicas são capazes de resolver novas fontes de instabilidade e tendo em vista que América do sul tem tradição de histórica de resolver conflitos por meio da diplomacia promovida pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Europa conta com a presença de uma forte organização regional, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Segundo previsão contida no (*Building on Brahimi*, 2009, p. 49) o foco das operações de paz na África podem mudar o foco de conflitos intra-estado para desafios regionais, ao contrário do que deve ocorrer no Oriente Médio onde as missões podem redefinir a prioridade de relações interestaduais para assuntos internos. A relevância dessa previsão decorre do fato de que o tipo de missão da ONU requerida varia consideravelmente conforme a região.

Dessa forma, a análise da evolução histórica das operações de paz e dos fatores que permitem identificar as tendências visando moldar o seu futuro demonstram que esse tipo de operação encontra-se em um estágio de consolidação acompanhado de um aumento da complexidade das atividades desenvolvidas que vem lhe conferindo um caráter multidimensional e aumentando seu tamanho, sendo que o foco de atuação deverá permanecer nas regiões da África, Oriente Médio e América Central. Desse contexto depreende-se que tanto a importância das operações de paz, quanto os seus desafios deverão crescer, exigindo um alto nível de preparo e eficiência por parte de seus participantes.

2.2.2 A participação brasileira em operações de paz

Na análise da participação brasileira em operações de paz da ONU, a ênfase recairá sobre as contribuições operacionais feitas pelo país, sendo que ao final será realizado um breve relato sobre a política externa brasileira atual no que concerne a esse instrumento. Segundo o site oficial do Exército Brasileiro, a primeira participação de tropas brasileiras em missões de paz ocorreu em 1947, quando observadores militares foram enviados para os Bálcãs. A partir desse marco, é possível dividir a atuação do país em dois grandes momentos conforme sugere Fontoura (2005, p. 217): o período de 1957 a 1967, caracterizado pela participação em seis operações e o período de 1989 até o presente momento, com participação mais variada em termos geográficos. Essa divisão decorre do fato de que o Brasil permaneceu quase vinte anos ausente dessa prática, que compreende o período entre 1968 e 1988.

Durante o período que se estende de 1950 ao final de 1960, as tropas brasileiras integraram basicamente as forças internacionais de paz sob o comando da ONU no Oriente Médio, sendo que entre elas confere-se destaque a UNEF (em Suez), missão que durou entre 1957 e 1967 e contou com o envio do batalhão brasileiro composto por 600 homens, em média, que se revezaram em vinte contingentes¹². De acordo com Uziel (2010, p. 84) “Nesses anos, a contribuição para missões de paz integrou-se ao discurso diplomático brasileiro como parte da contribuição do país ao êxito da Organização e à manutenção da paz.”

Nos anos subseqüentes à retirada da UNEF em 1968, nota-se um retraimento da participação brasileira em operações de paz, bem como da atuação do país no CSNU em virtude de contingências externas e internas. Entre os fatores externos está a crise gerada em função da incapacidade das Nações Unidas de atuar de modo significativo para promover a paz e a paralisação do CSNU devido às divergências entre Rússia e EUA advindas da Guerra Fria. Com relação aos fatores internos, é importante ressaltar o período de repressão política vivenciado no Brasil que teve seu auge na forma do AI-5 e desviou o foco das Forças Armadas para o combate

¹² Informações obtidas no site oficial do Exército Brasileiro: <http://www.exercito.gov.br/web/guest/apresentacao>

aos inimigos internos do regime o que perdurou até 1974, além do descontentamento por parte do país devido à situação gerada no momento da retirada das tropas de Suez em 1967 que implicou nos militares brasileiros serem um dos últimos a serem evacuados o que os tornou vítimas dos combates entre israelenses e egípcios, que resultaram inclusive em mortes fatais. Nesse contexto, o Brasil encontrava poucos motivos para desempenhar um papel mais ativo e optou por valorizar os órgãos da ONU ligados ao desenvolvimento econômico como UNCTAD e ECOSOC (UZIEL, 2010, p. 86).

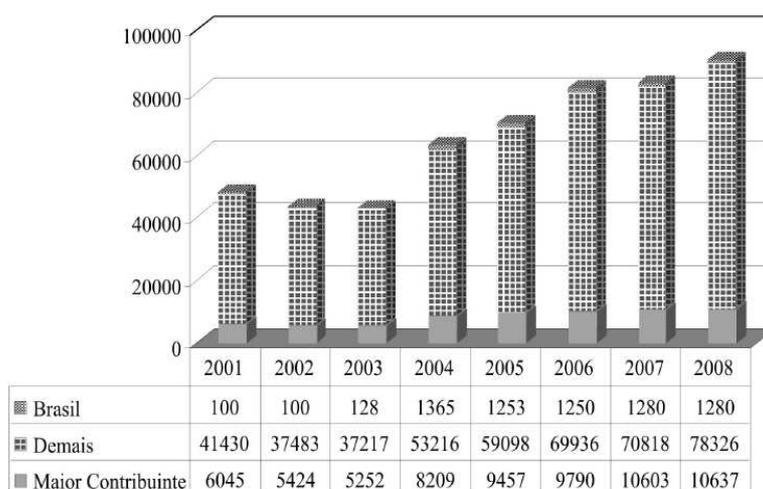
Após ausentar-se das operações de paz e do CSNU durante esse período, a postura do país modificou-se a partir de meados da década de 1980 haja vista o momento favorável vivenciado no âmbito internacional proporcionado pelo desbloqueio do CSNU que permitiu a retomada e incremento das operações de paz (vide item 1.1), bem como no âmbito interno devido ao processo de redemocratização que estava em curso e culminou na promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual contém os princípios basilares atuais da política externa brasileira. Segundo Uziel (2010, p.88), nos vinte anos em que o Brasil esteve ausente, o formato das operações de paz mudou e o país perdeu a prática e o conhecimento necessário para enviar militares para as missões, o que explica sua cautela com relação às contribuições realizadas no começo desse período. Inicialmente, o Brasil escolheu enviar observadores militares, civis e policiais e somente em 1993 decidiu apoiar o processo de paz em Moçambique¹³ retomando o desdobramento de tropas. Gradativamente o país voltou a participar das novas oportunidades de operações de paz e ao C-34 como foro da AGNU com competência para debater sobre o assunto e vale ressaltar que o Brasil retornou ao CSNU, tendo ocupado assento eletivo por cinco biênios no período de 1988 a 2011.

Entre 1988 e 2008, o Brasil enviou militares, policiais e civis para operações de paz em locais como Angola, Moçambique, Timor Leste, El Salvador, Macedônia, Croácia, Bósnia-Herzegovina, Chipre, Libéria, Ruanda, Etiópia-Eritreia, Saara Ocidental, Chade e Haiti, sendo que em 2008 o país ocupava a 20ª posição na lista de maiores contribuintes de tropas e policiais

¹³ A ONUMOZ foi aprovada em dezembro de 1992 por meio da Resolução 797/92 do CSNU.

para as operações de paz lideradas pelo DPKO. O Gráfico II a seguir que demonstra a evolução da contribuição brasileira de *peacekeepers* para operações de paz no período de 2001 a 2008 permite inferir que as tropas brasileiras que representavam 0,2% do total passaram para 1,4% em 2008 resultando em um aumento de 700% na participação brasileira em operações de paz, sendo o pico da contribuição em 2004 com um contingente de 1.365 militares e policiais brasileiros.

Gráfico II: Contribuição do Brasil em relação ao total e ao maior contribuinte



Fonte: UZIEL, 2010, p. 105.

O Brasil acompanhou a tendência de incremento da participação dos países em desenvolvimento em missões de paz que representam na fase atual 85% do total¹⁴, em detrimento da redução considerável dos denominados “contribuintes tradicionais” cujos militares e policiais vem sendo gradativamente substituídos por contingentes de países em desenvolvimento. No entanto, trata-se de uma quantidade relativamente modesta na visão de Uziel (2010) quando comparada com desdobramentos de Paquistão (11.135), Bangladesh (9.567), Índia (8.693), Nigéria (5.908) e, mesmo do Uruguai (2.538), além do fato de ser extremamente concentrada em uma operação a MINUSTAH (Haiti). Entre 2004 e 2009, a participação brasileira não se altera de modo relevante com o país oscilando entre os números 14 e 20 do *ranking*. Em 31 de

¹⁴ Uziel, E. “Três questões empíricas, uma teórica e a participação do Brasil em operações de paz das Nações Unidas”. In. *Política Externa*, vol. 14, no. 4, 2006, pp. 95-96.

dezembro de 2010, de acordo com dados obtidos no relatório *Year Review 2010* (2011, p. 80) o Brasil contribui com 2.196 militares, 25 policiais e 46 civis, totalizando 2.267 representando 2,3% do total, o que lhe confere a 12ª posição no *ranking* composto por 115 países. Com base nesses dados pode-se afirmar que o Brasil tem demonstrado capacidade de manter suas tropas no terreno por período significativo quando necessário o que evidencia compromisso com o êxito da operação.

Com relação à política externa brasileira para operações de paz, faz-se mister destacar que as linhas básicas de atuação do Brasil nesse campo são derivadas dos princípios previstos no artigo 4º da Constituição Federal de 1988 e a Carta da Nações Unidas que estabelece que uma operação de paz deve ser regida pelos princípios de imparcialidade, consentimento das partes e uso apropriado da força (restrito apenas aos casos de autodefesa). No sistema de segurança coletiva, o país adota dessa forma reservas com relação às operações com mandatos coercitivos e reforça, de acordo com Lima (2010, p. 412), a necessidade de inclusão das questões de desenvolvimento nos mandatos das operações de paz. Nesse sentido, segundo consta no site oficial do Exército Brasileiro citado anteriormente, o país é favorável de modo geral às operações de paz e considera que as mesmas são “instrumentos úteis para solucionar conflitos e ajudam a promover negociações político-diplomáticas, mas não podem substituí-las; a solução definitiva sempre dependerá da vontade política das partes.”

Em remate, historicamente o envio de tropas pelo Brasil tem sido nas palavras de Uziel (2010, p. 200) espasmódico, com momento de grande expansão e outros de retração, sendo que nos picos de participação as tropas tendem a estar concentradas em uma missão. Ao todo, o país já participou desde 1948 de mais de 30 operações de paz, sendo que em apenas cinco casos decidiu ceder tropas (unidades militares formadas) que dependeram de aprovação do Congresso Nacional: Suez (UNEF I), Angola (UNAVEM III), Moçambique (ONUMOZ), Timor Leste (UNTAET/UNMISSET) e Haiti (MINUSTAH). A partir da década de 90 houve uma diversificação e incremento de sua participação contribuindo em vinte missões de paz da ONU, com destaque para a que se desenrola no momento presente no Haiti. Atualmente o Brasil é um importante contribuinte estando entre os 15 maiores TCC e sua constância e comprometimento

ao longo do tempo demonstram que o país dá continuidade à sua tradição de apoiar as operações de paz (segundo Uziel (2010, p. 170) preferencialmente aquelas estruturadas pela ONU) como um instrumento essencial da solução pacífica de controvérsias. Nesse contexto, o DPKO vê o Brasil como tendo potencial para expandir suas contribuições (UZIEL, 2010, p. 200). No entanto, a participação das tropas brasileiras está condicionada à ressalva de que as mesmas não desrespeitem os princípios da não intervenção e a soberania estatal, ou seja, não há previsão para que sejam cedidas em operações que envolvam *peace enforcement*.

2.2.3 *Por que promover e participar de operações de paz?*

Segundo o relatório *Building on Brahimi* (2009, p. i) uma avaliação das tendências dos conflitos futuros sugere uma demanda crescente e não queda dos mesmos e um aumento e não diminuição da complexidade, o que pode ser corroborado pelos crescentes focos de tensão em especial no norte da África e Oriente Médio, bem como América Central e Ásia. Esse contexto confere destaque às operações de paz da ONU, uma vez que se tratam de um dos principais instrumentos disponíveis para garantir a manutenção da paz e a segurança internacional. Porém toda missão de paz apresenta riscos e recompensas (*Building on Brahimi*, 2009, p. 54). Dessa forma, este item tem por objetivo analisar os fatores que motivam tanto a ONU a promover as operações de paz, quanto os Estados-Membros a participar das mesmas, o que permitirá constatar que os interesses excedem o caráter de responsabilidade internacional e preservação da paz. Vale ressaltar que tal análise contemplará inclusive as razões e circunstâncias que impulsionam especificamente o Brasil a participar de operações de paz e apoiar a implementação desse instrumento.

2.2.3.1 Do ponto de vista da ONU (nível mundial)

“Após 52 anos de operações de paz, essa atividade não deveria mais ser tratada como temporária, mas como atividade contínua e central da Organização.” (THAKUR, 2001, p. 56)

As operações de paz sempre foram um dos símbolos mais visíveis do papel da ONU no desenvolvimento de uma de suas principais funções: manutenção da paz e da segurança internacionais por meio da segurança coletiva, e em torno desse fato residem os interesses da Organização com relação a essa ferramenta. Trata-se de um instrumento de atuação prática e direta para lidar com conflitos em que muitos casos ações intraestatais (por parte do próprio Estado) não desfrutam de poder de intervenção suficiente para solucioná-los e a ajuda por parte de outro Estado ou grupo de Estados pode não ter neutralidade aparente ou de fato para fazê-lo. Nesse caso, existe uma ampla percepção de que a ONU enquanto organização multilateral goza de um alto grau de legitimidade para fazê-lo (THAKUR, 2001, p. 17), o que conseqüentemente confere o mesmo status às suas operações. Além disso, as operações da ONU são relativamente baratas quando comparadas àquelas empreendidas por alianças militares avançadas como, por exemplo, a OTAN que custam cinco vezes mais *per capita* (Building on Brahimi, 2009, p. 6) ou mesmo se comparada aos custos envolvidos na deflagração de um conflito que vão muito além dos custos financeiros. Dessa forma, as operações de paz são consideradas um meio legítimo e relativamente pouco custoso de intervir em cenários com grande potencial desestabilizador (UZIEL, 2001, p. 67) o que vem de encontro aos interesses da ONU.

2.2.3.2 Do ponto de vista do Brasil (nível nacional)

Em linhas gerais, os Estados têm interesse em participar de operações de paz haja vista que as mesmas proporcionam uma combinação de prestígio¹⁵, recompensa financeira e oportunidade de aperfeiçoamento da capacidade de suas tropas (*Building on Brahimi*, 2009, p. 2). Ao mesmo tempo, esse relatório não deixa de reconhecer que os governos são inevitavelmente motivados em contribuir com tropas para os casos em que verifiquem que sua segurança ou interesses estão em risco (*Building on Brahimi*, 2009, p. 54). Por outro lado, os Estados também levam em conta os riscos políticos e de casualidades inerentes a cada missão. Dessa forma, a decisão de participar de uma operação de paz é resultado de uma análise do custo e benefício, sendo que o custo comporta uma avaliação do risco político e uma estimativa de causalidades e o benefício compreende a recompensa financeira (por meio do sistema de reembolso da ONU) e vantagens políticas inerentes à ação, tais como relações privilegiadas com o Estado anfitrião ou com os parceiros da coalizão ou ainda interesses internacionais e poderes regionais.

Com relação a esse assunto, a análise de Uziel (2010, p.79) vai além e em referência aos trabalhos de Sotomayor e Krishnasamy¹⁶ demonstra que a posição relativa de cada país na Organização e no cenário internacional serve de base para estruturar sua percepção das operações de paz e seu interesse em participar. O autor argumenta que mesmo Estados pequenos como Uruguai e Bangladesh consideram motivações variadas no momento de decidir em favor do envio de tropas ou policiais às operações de paz. Com base em seu estudo, é possível ordenar (sem hierarquizar) os principais fatores que influenciam as decisões dos países de participar de operações de paz da seguinte maneira:

¹⁵ O envolvimento em operações de paz é um sinal de responsabilidade internacional (*Building on Brahimi*, 2009, p. 13).

¹⁶ **Sotomayor, A.** “Why States Participate in UN Peace Missions While Others Don’t: An Analysis of Civil-Military Relations and its effects on Latin America’s Contributions to Peacekeeping Operations”. In. *Security Studies*, no prelo; e **Krishnasamy, K.** “Bangladesh and UN Peacekeeping: The Participation of a ‘Small’ State”. In. *Commonwealth & Comparative Politics*, vol. 41, no. 1, 2003.

- Interesse em treinar ou equipar suas Forças Armadas, com os meios fornecidos pela ONU;
- Obtenção do reembolso pago pelo ONU aos TCCs ou de cargos no Secretariado para militares e civis;
- Qualificação como país comprometido com a estabilidade e a paz, o que pode favorecer tentativas de receber empréstimos ou cooperação por parte de países desenvolvidos;
- Construção de um papel socialmente positivo para os militares em sociedades que, nas últimas décadas emergiram de regimes ditatoriais;

No caso brasileiro, faz-se mister analisar suas condições atuais de inserção no sistema internacional. Por suas dimensões geográfica, econômica e política o Brasil é classificado como uma potência média emergente (UZIEL, 2010, p.30). Na categoria ampla de países em desenvolvimento que fazem parte desse grupo partilha-se dos interesses supracitados, mas tal condição os coloca em posição específica no sistema internacional. Para esses países, entre eles o Brasil, a ONU representa um cenário institucionalmente regulamentado que permite influenciar outros Estados e projetar-se internacionalmente, ou seja, para esse grupo acima das vantagens imediatas de participar de operações de paz jaz o interesse em fortalecer os mecanismos multilaterais de segurança coletiva a fim de mitigar a possibilidade de ações unilaterais por parte das grandes potências. Ademais do seu apreço pelo multilateralismo, os interesses do Brasil que norteiam sua decisão de contribuir ou abster-se de participar de operações de paz podem ser divididos em três grandes categorias¹⁷ (vide abertura das categorias no Quadro I): “Internos” referem-se a interesses enquadrados no campo da legalidade ou das agências domésticas brasileiras; “Bilaterais/Regionais” dizem respeito aos benefícios advindos do relacionamento com o país anfitrião, países da região e outros TCCs; “Institucionais” ligados aos interesses manifestados no âmbito da própria ONU.

¹⁷ Essa divisão foi adotada com base em Uziel (2010, p. 99 e 100), sendo que o autor utilizou-se da exposição de Motivos no. 157/DNU-MRE, de 5/5/1993; Exposição de Motivos no. 421/ DNU-MRE, 18/10/1993; Projeto de Lei 4380-A. Brasília: Senado Federal, 1994; Exposição de Motivos no. 256/MD, de 12/5/2004.

Quadro II: Interesses brasileiros em contribuir para operações de paz da ONU

Internos	Bilaterais/regionais	Institucionais
<ul style="list-style-type: none"> - cumprir os princípios do artigo 4º da Constituição; - treinar as Forças Armadas; - promover o papel dos militares na sociedade. 	<ul style="list-style-type: none"> - solidarizar-se com o país egresso de conflito; - adensar relação com o país anfitrião ou com países vizinhos; - adensar relações com outros TCCs; - promover comércio e investimentos brasileiros. 	<ul style="list-style-type: none"> - legitimar candidatura a vaga permanente no CSNU; - fortalecer o multilateralismo e a solução pacífica de conflitos; - maximizar a influência brasileira no CSNU durante biênios eletivos; - demonstrar capacidade de mobilização.

Fonte: UZIEL 2010, p. 100.

Vale ressaltar que de acordo com Uziel (2010) “os interesses que ocorrem com mais frequência são os de caráter bilateral ou regional, embora não seja comum especificar como a participação nas missões se refletirá na prática em maior interação bilateral ou regional nem se ela ocorrerá na forma de comércio ou cooperação prestada pelo Brasil”.

Ao confrontar a análise fornecida por Uziel (2010) com a realidade dos cinco casos em que o Brasil enviou tropas para participar de operações de paz é possível notar que a motivação brasileira não difere do exposto anteriormente, englobando uma série de interesses que não se restringem à atuação na ONU, mas que ao mesmo tempo não obscurecem o objetivo do país de participar de operações de paz e contribuir para seu sucesso como forma preferencial de fortalecer o multilateralismo em especial nos campos de paz e segurança internacionais.

2.2.4 Desafios atuais enfrentados pelas operações de paz

“United Nations is faced with growing demands for collective intervention alongside declining confidence in its effectiveness and efficiency.” (THAKUR, 2001, p. 3). Nesse contexto, é de suma importância conhecer os limites das operações de paz como instrumento de manutenção da paz e segurança a fim de compreender os desafios atuais enfrentados tanto pela ONU como pelos TCCs. Para o propósito do presente trabalho, em meio aos fatores que afetam

essas operações de maneira restritiva, optou-se por agrupá-los em dois tópicos, sendo o primeiro referente às causas extraídas do relatório denominado *Brahimi Report* (2000) que culminaram, na visão de muitos estudiosos, no declínio da qualidade das operações de paz e o segundo relacionado ao impacto inerente às mudanças no perfil dessas operações (THAKUR, 2001, p. 216). Na abordagem que diz respeito à qualidade das missões serão incluídas as dificuldades no âmbito da ONU, bem como dos TCCs e suas respectivas tropas. Com relação às mudanças sofridas pelas operações, serão analisados os aspectos que concernem às novas demandas impostas à comunidade internacional, representada simbolicamente pela ONU.

2.2.4.1 Declínio da qualidade das Operações de Paz

As constantes dificuldades enfrentadas pelas operações de paz promovidas pela ONU na década de 90 culminaram na elaboração do relatório denominado *Brahimi Report* (2000) o qual aponta que a ONU falhou repetidamente na última década em enfrentar o desafio de atingir seu objetivo de salvar gerações futuras da guerra e não consegue fazer melhor atualmente (*Brahimi Report*, 2000, p. VIII). Este relatório é reconhecido como sendo o marco inicial das propostas de reformas necessárias para que as missões de paz atendam às demandas que lhe são impostas atualmente. Tal documento contém uma série de fatores que interferem no êxito dessas operações os quais, vale ressaltar, são recorrentes nos relatórios subseqüentes, sendo que entre os mais conhecidos estão:

- A falta de disponibilidade de tropas e policiais¹⁸;
- As dificuldades de financiamento;
- O tempo excessivo para desdobramento dos contingentes¹⁹;

¹⁸ Apenas 62 Estados Membros da ONU (apenas aproximadamente 40% do total) mantêm forças prontas para operações mais intensivas. (*Building on Brahimi*, 2009, p. 34)

¹⁹ O relatório Brahimi (2000, p. 2) reconhece que “Apesar da ONU ter adquirido considerável expertise em planejamento, montagem e execução de operações de manutenção da paz tradicionais, ainda tem que adquirir a capacidade necessária para deslocar-se com maior agilidade (rapidez) em operações complexas e sustentá-las de forma efetiva.”

- A polarização dentro dos órgãos intergovernamentais em Nova Iorque (devido às disputas entre os Estados) que torna os centros de decisões inoperantes e resulta em mandatos imprecisos e muitas vezes até contraditórios;
- A estratégia de algumas operações de paz que resultam em um longo período de duração e que levam os cascos azuis a permanecerem no local por 10, 20, 30 ou até mesmo 50 anos (como em Chipre, Oriente Médio e Índia/Paquistão)²⁰;
- A capacidade da ONU de gerenciar transporte e equipamento quando necessário para forças que não possuem capacidade expedicionária;
- A diversidade no nível de preparo das tropas;

É possível notar que parte desses fatores é responsabilidade da ONU e outra depende dos Estados, quando não dizem respeito a ambos. Para fins do presente trabalho, será analisada de forma mais detalhada a questão da diversidade no nível de preparo das tropas, visto que está relacionada diretamente ao tema abordado e pelo fato de que se trata de um fator que o Estado brasileiro tem poder de atuação. A mencionada redução da participação de tropas de países desenvolvidos (vide item 1.2) que costumam ser mais experientes e aptas e cujos contingentes militares tendem a ser mais bem treinados e equipados afetou em um primeiro momento o sucesso das operações de paz (Brahimi Report, 2000, p. 18). Tal observação é reforçada por Uziel (2010, p. 61) que em citação aos trabalhos de Jakobsen e Dallaire (2006)²¹ avaliam que muitas missões não haviam sido bem sucedidas porque muitas tropas procedentes de países em desenvolvimento eram inadequadas. Dessa forma, acreditava-se que havia uma limitação referente à inabilidade da ONU de desdobrar uma força credível e capaz sem a liderança de um dos membros permanentes, em geral os EUA (THAKUR, 2001, p. 61). Essa falta de padrão de qualidade de atuação devido aos níveis muito distintos de preparos entre as tropas que compõe uma missão é atribuída à incapacidade da ONU de proporcionar condições para que haja certa

²⁰ A longa duração ocorre conforme consta no *Brahimi Report* (2000, p. 3) em função de que “As operações tradicionais da manutenção da paz tratam dos sintomas, ao invés das fontes do conflito e não tem uma estratégia de saída.”

²¹ **Jakobsen, P.** “The Nordic Peacekeeping Model: Rise, Fall, Resurgence?”. In. *International Peacekeeping*, vol. 13, no. 3, 2006, pp. 381-395; **Dallaire, R.** *Shake Hands with the Devil*. Nova York: Carroll & Graf Publishers, 2005.

equiparação entre os contingentes (com critérios mínimos de aceitação) e dos TCCs de enviar tropas adequadas em termos de treinamento e equipamento. No entanto, faz-se pertinente ressaltar que segundo *Brahimi Report* (2000, p. 18, parágrafo 107) “um número de países em desenvolvimento respondem a pedidos para forças de manutenção da paz com tropas que servem com dedicação de acordo com alto padrão de profissionalismo”.

Em tempos que ambos militares avançados e menos desenvolvidos apresentam falta de capacidade expedicionária, a ONU tem cumprido de maneira fraca seu papel de promover a capacitação de tropas que não têm condições de adaptar-se às exigências por conta própria (*Building on Brahimi*, 2009, p. 34) e muitos Estados não estão comprometendo em enviar tropas bem treinadas e equipadas o que expõe as operações de paz da ONU a um perigoso período de incertezas estratégicas.

2.2.4.2 Mudança no perfil das Operações de Paz

O Relatório Brahimi (2000, p. 24, parágrafo 139) aponta que “a natureza das operações de paz mudou”. As intervenções das operações de paz internacionais em crises de paz e segurança evoluíram desde a primeira missão de paz da ONU em 1948. Tais operações cresceram em termos de complexidade e escopo e passaram de grandes missões compostas por observadores militares para operações multidimensionais com responsabilidade de monitorar a implementação de acordos de paz mais abrangentes. Nesse contexto as atividades dos componentes militares tornaram-se altamente complexas tendo em vista que os conflitos em que as tropas intervêm não envolvem mais apenas exércitos nacionais, mas em muitos casos incluem forças irregulares, facções de guerrilha e até mesmo gangues criminosas armadas. Conseqüentemente, a capacidade militar sob o comando da ONU também mudou e deixou de ser apenas a intervenção levemente armada como foi típica durante os primeiros quarenta anos de operações de paz da Organização.

Com o forte aumento na demanda por operações de paz da ONU em diferentes formas e as experiências de sucesso e fracasso, o desenvolvimento dessa atividade desde o fim da Guerra

Fria vislumbrou alguns dilemas que a Organização irá enfrentar no milênio atual, entre os quais serão feitas referências a dois deles citados por Thakur (2001, p. 216), selecionados pelo fato de exigirem atenção da ONU, dos Estados e de suas respectivas tropas. O primeiro deles diz respeito às mudanças nos tipos de conflito, em especial devido ao fato de grande parte das operações de paz, após o fim da Guerra Fria, passarem a ocorrer mais no âmbito intraestatal (interno) ao invés de disputas inter-estatais o que segundo Thakur (2001, p. 58) implica em novos desafios para manter a imparcialidade, obter consentimento e uso da força em casos de operações robustas (*peace enforcements*). Já o segundo, refere-se às mudanças nas expectativas internacionais sobre a responsabilidade do Estado e da Comunidade Internacional com relação a parar violações sistemáticas dos Direitos Humanos que geram graves conseqüências humanitárias o que leva ao questionamento se a prioridade da ONU deveria ser a paz ou a justiça. Dessa forma, o limite de uma atuação mais robusta perde sua clareza e exige cuidado com a distinção no uso da força para acabar com violência ou prover intimidação aos ataques a contra refugiados ou comboios de alimentos e uso da força dos *peacekeepers* para manter cessar fogo, monitorar desengajamento, controle de armas, direitos humanos, distribuir alimentos e remédios, supervisionar eleições e realizar outras tarefas de construção da paz (*peacebuilding*). Vale ressaltar que historicamente as operações de paz conseguem apenas ser eficazes quando o consentimento estiver presente e a ONU tem sido tradicionalmente ineficiente em *peace enforcement* uma vez que tal operação não é factível com os princípios básicos de uso da força e imparcialidade e excede os poderes da Organização sob os capítulos VI e VII da Carta, ademais da falta de consenso que prevalece entre os Estados Membros sobre o assunto.

Além desses dilemas, faz-se mister complementar essa análise com um desafio particular apontado pelo documento *Handbook on UN Multidimensional Peacekeeping Operations*, (2003, p.55) o qual prevê que os componentes militares das operações de paz da ONU irão cada vez mais ter que trabalhar em conjunto com forças militares de outras entidades, como grupos militares regionais ou coalizões militares internacionais, a fim de implementar uma estratégia internacional comum para a paz e um país ou região. Esse fato decorre do argumento apresentado no documento que verifica o crescente número de atores participantes e o amplo

escopo de trabalho das operações multidimensionais que requer uma interface abrangente entre componentes militares e não militares.

Dessa forma, a mudança na natureza das operações de paz decorrentes do aumento de conflitos intraestatais em detrimento dos conflitos inter-estatais, a inserção em ambientes que muitas vezes exigem uma atuação mais robusta que contraria a Carta da ONU e o aumento da complexidade e escopo das operações que implica no contato com componentes de outras entidades, impactam nas atividades e tarefas desenvolvidas pelos *peacekeepers*, afetando diretamente o componente militar das operações de paz, resultando em novos desafios para as tropas.

2.2.5 As forças militares em operações de paz sob comando da ONU

Uma operação de manutenção da paz pode conter até cinco categorias de pessoal, entre elas: funcionários da ONU, polícia civil e observadores militares, membros dos contingentes militares, voluntários das Nações Unidas e consultores e outros prestadores de serviços terceirizados. Sendo o componente militar vital para as operações de manutenção da paz (*Handbook on UN Multidimensional Peacekeeping Operations*, 2003, p.11) e tema central da presente pesquisa, faz-se mister realizar uma breve análise das características desse elemento e da condição das tropas enviadas pelos TCCs enquanto estiverem à disposição da Organização, ou seja, durante o período em que são membros de uma operação sob comando das Nações Unidas em território estrangeiro.

Os componentes de uma operação de manutenção da paz são complementares, porém frequentemente são colocados dentro de uma hierarquia na qual é comum para os militares ocupar o papel de líder. Dessa forma, os militares que servem a ONU em operações de paz, também conhecidos como “cascos azuis”, “blue helmets” ou “blue berets” devido ao capacete na cor azul que compõe seus uniformes, tem a principal responsabilidade na tarefa em especial nos estágios iniciais, com a mesma sendo gradualmente transferida para a autoridade civil (THAKUR, 2001, p. 200).

Entre os vários tipos de pessoal militar, estão incluídos os militares conselheiros cuja função é a de aconselhar o Representante Especial do SG ou um “enviado” em assuntos militares durante negociações políticas, os observadores militares responsáveis por monitorar e supervisionar (desarmados) acordos militares de armistício e cessar-fogo, os oficiais militares de “ligação” que mantêm a “ponte” entre os agentes civis da ONU desdobrados para uma operação e as forças militares de outras organizações que atuam na mesma operação e por fim as unidades militares formadas (objeto de estudo do presente trabalho) desdobradas com formação militar tradicional como companhias, brigadas e batalhões e utilizadas em situações em que se faz necessária a presença visível de militares internacionais para construir confiança ou manter ordem e segurança em um processo de paz. No caso desse último tipo, em geral essas forças são levemente armadas e dependem do consentimento e vontade das partes envolvidas em um conflito (vide os princípios no item 2.2).

Além disso, as forças armadas podem ser subdivididas em três categorias amplas: forças de combate que geralmente incluem infantaria, forças com tanques de guerra, aeronaves de combate, plataformas navais ofensivas e defensivas e forças especiais, forças de apoio ao combate que compreendem artilharia e engenharia, plataforma de vigilância marinha e aérea e dependências de controle e comando e a força de apoio logístico e de serviços incluindo comunicações, apoio médico e capacidade de transporte e carregamento por ar, terra e mar. Nesse contexto, vale ressaltar que as forças de terra representam contribuições mais comuns de forças para operações de manutenção da paz da ONU e estas são agrupadas por tamanho da seguinte maneira:

- Seção é a menor unidade e geralmente é constituída por 12 indivíduos, comandados por um sargento;
- Pelotão ou tropa consistem em 03 ou 04 seções, totalizando de 30 a 40 indivíduos, comandados por um oficial, em geral um tenente;
- Companhias, esquadrões ou baterias compreendem companhias (infantaria), esquadrões (cavalaria) e baterias (artilharia) em torno de 120 a 150 indivíduos, em geral comandados por um capitão ou major;

- Batalhões e regimentos consistem aproximadamente de 500 a 1.000 militares (04 a 07 batalhões, esquadrões ou baterias subordinados) e compreendem todos os elementos para ser auto-sustentável, visto que incluem elementos de combate e apoio, tais como especialistas em armas pesadas, comunicações, logística e engenharia;
- Brigadas correspondem a 03 unidades de infantaria, um regimento de artilharia, um esquadrão de engenheiros de combate, um quartel-general com esquadrão de comunicações e uma companhia logística, comandados por um General de Brigada e dependendo da função do batalhão (paraquedista, infantaria, artilharia, etc.) contém de 4.000 a 10.000 militares.

Tendo em vista que a ONU não mantém capacidade militar própria, a Organização é dependente de contribuições realizadas pelos Estados-Membros. As tropas cedidas pelos TCCs para atuação em operações de manutenção da paz servem sob o controle operacional da ONU, no entanto os militares permanecem sujeitos à jurisdição exclusiva dos seus respectivos Estados com relação a qualquer ofensa criminal ou disciplinar cometida no Estado anfitrião (*Zeid Report*, 2005, p. 38, em citação ao acordo modelo do status das forças, parágrafo 47, (b)). Dessa forma, conforme previsto no acordo modelo de status da força (A/45/594, parágrafo 6) as leis e regulamentos locais devem ser respeitados, mas os componentes militares da missão possuem privilégios e imunidades (A/45/594, parágrafo 27), não havendo possibilidade de que o Estado anfitrião tenha jurisdição sobre militares membros de contingentes nacionais de outros países. Compete ao SG tomar as medidas apropriadas visando assegurar a manutenção da ordem e da disciplina entre os membros da operação de paz e entre as medidas administrativas o Secretário tem poderes para repatriar qualquer membro militar que tenha sido considerado culpado por problemas graves de conduta depois de realizada investigação pela missão (*Zeid Report* [A/59/710], 2005, p. 11). Nesse contexto, as condutas dos militares devem ser guiadas, segundo consta no *Zeid Report* [A/59/710], pelos princípios e doutrinas nacionais, mas também devem ser respeitados os princípios básicos internacionais (imparcialidade, consentimento e cooperação e uso apropriado da força), os princípios e regras do direito humanitário internacional e os padrões de conduta estabelecidos nos documentos “Ten Rules”, “We are United Nations Peacekeepers”

elaborados pela Organização e no boletim do SG intitulado “Special measures for protection from sexual exploitation and sexual abuse” (ST/SGB/2003/13).

No que diz respeito à relação financeira estabelecida entre a ONU e os TCCs, a Organização reembolsa os Estados contribuintes pelo pessoal e equipamentos que estes fornecem para o serviço de operação de paz. Mas vale destacar que as tropas brasileiras a serviço das Nações Unidas, diferentemente da maioria dos militares de outros países, continuam recebendo remuneração em moeda nacional, além de receber a indenização em moeda estrangeira, conforme previsto no artigo 3º, Lei nº 10.937/04²²:

“Os militares integrantes de tropa brasileira no exterior continuarão recebendo, em moeda nacional, a remuneração prevista na legislação pertinente das Forças Armadas ou na dos Estados, Distrito Federal e Territórios, percebendo, ainda, em moeda estrangeira, a Indenização Financeira Mensal para Tropa no Exterior, que será igual ao produto dos valores estabelecidos na Tabela I do Anexo a esta Lei pelo Fator Regional fixado.”

Dessa forma, no caso do Brasil, o reembolso auferido pelo país responde por cerca de 40% dos gastos totais com o envio de tropas para participar de operações de manutenção da paz (UZIEL, 2010, p. 107), o que demonstra seu comprometimento para com a Organização.

²² A Lei nº 10.937/04 dispõe sobre a remuneração dos militares, a serviço da União, integrantes de contingente armado de força multinacional empregada em operações de paz, em cumprimento de obrigações assumidas pelo Brasil em entendimentos diplomáticos ou militares, autorizados pelo Congresso Nacional e sobre envio de militares das Forças Armadas para o exercício de cargos de natureza militar junto a organismo internacional.

2.3 Parâmetros de excelência

Tendo em vista o objetivo geral e os objetivos específicos propostos para a presente pesquisa, é necessário estabelecer os parâmetros de excelência que serão adotados como referência a fim de avaliar o nível de atuação das tropas brasileiras em operações de manutenção da paz sob o comando da ONU. Nesse sentido, a revisão da literatura incluiu uma análise qualitativa dos documentos oficiais da Organização, bem como de publicações de estudiosos sobre o tema com o intuito de identificar as variáveis adequadas que permitam realizar a avaliação em questão. Por meio dessa revisão, verificou-se a inexistência de um documento único que compilasse todos os parâmetros de excelência direcionados aos contingentes militares integrantes de operações de manutenção da paz e que, portanto, os mesmos estavam espalhados em diversos textos sob a forma de recomendações. Tendo em vista tal fato, procurou-se selecionar todas as recomendações relacionadas diretamente com as tropas dos TCCs sugeridas em documentos oficiais da ONU a partir do Relatório Brahimi²³ (2000) o qual é considerado um marco que introduz uma série de reformas a fim de tornar as operações de paz mais eficientes para atender as novas demandas inerentes aos conflitos do século XXI. Acompanhando esse relatório, os Estados-Membros e o Secretariado da ONU continuaram o processo de reflexão sobre as reformas das operações de paz que resultou nos seguintes relatórios²⁴, dos quais também foram extraídas recomendações para os *peacekeepers*: *Handbook on United Nations Multidimensional Peacekeeping Operations* (2003) o qual introduz os diferentes componentes de uma operação de paz multidimensional; *Zeid Report [A/59/710]* (2005) sobre reformas no campo da conduta e disciplina; *Peace Operations 2010* (2006) que contém uma estratégia de reforma para o DPKO; Doutrina Capstone (2008) que apresenta os princípios e diretrizes mais importantes para os *peacekeepers* da ONU no campo; *Building on Brahimi* (2009) o qual traz os resultados do monitoramento do status das sugestões feitas no Relatório Brahimi; *A New*

²³ *Report of the Panel on United Nations Peace Operations (A/55/305-S/2000/809)*. Nova York: Nações Unidas, 2000.

²⁴ Os documentos que sucederam o Relatório Brahimi foram da mesma forma contribuindo cada qual para um processo mais amplo de reforma das operações de paz.

Partnership Agenda: Charting a New Horizon for UN Peacekeeping (2009) e seu *Progress Report n° 1* (2010) que avaliam os maiores dilemas enfrentados pelas operações de paz da ONU atuais e futuros em termos de política e estratégia. Além disso, foram selecionados alguns autores da literatura como William J. Durch (2006), Ramesh Thakur (2001) e Eduardo Uziel (2010) cujas obras também contribuíram como fontes de recomendações para os militares participantes de operações de paz. Vale ressaltar que segundo consta na Doutrina Capstone (2008, p. 9) o documento não tem a intenção de propor táticas militares, técnicas, nem procedimentos específicos que permanecem prerrogativa de cada Estado-Membro, mas sim servir de material de apoio para militares (além de policiais e civis) que estão treinando e se preparando para servir em operações de manutenção de paz da ONU e os TCCs podem e devem usar esse documento para desenvolver suas respectivas doutrinas, treinamentos e programas prévios ao desdobramento das tropas. Essa prerrogativa pode ser estendida a todos os demais documentos que serviram de base para identificação dos parâmetros de excelência.

As recomendações selecionadas foram convertidas em variáveis de pesquisa e denominadas parâmetros de excelência os quais se encontram dispostos em três categorias. A **categoria A** de parâmetros representada pelo **Quadro III** relaciona as **variáveis latentes atitudinais** que se referem à predisposição dos militares antes de serem enviados para a missão. A **categoria B** de parâmetros por sua vez está estruturada no **Quadro IV** e contém as **variáveis latentes comportamentais** relacionadas aos aspectos de conduta pessoal dos militares brasileiros durante a implementação do mandato. Por fim, a **categoria C** de parâmetros elencados no **Quadro V** contempla as **variáveis intervenientes** as quais impactam diretamente nas variáveis latentes atitudinais e comportamentais. Essa divisão proposta decorre do fato de que a atuação de um indivíduo é resultado de seu comportamento e este fator tem uma relação intrínseca com a atitude que é uma predisposição, relativamente estável e organizada (BARDIN, 2009, p. 201), sendo importante ressaltar ainda que fatores externos também afetam diretamente o comportamento de um indivíduo. Segundo Thakur (2001, p. 136) em todas as questões não há substituto para a prática, no entanto o preparo por meio de treinamento e exercícios se constitui

na melhor forma de assegurar um bom desempenho quando forem requisitadas. Dessa forma, treinamento e prática apresentam uma correlação positiva e fatores externos impactam ambos.

Quadro III: Categoria A de parâmetros de excelência – Variáveis Atitudinais.

	Parâmetros de Excelência (Recomendação)	Justificativa/Relevância	Fonte da Recomendação
1	Conhecimento dos Princípios de Direitos Humanos.	As tropas desempenham a função de monitoramento dos Direitos Humanos na operação de paz e ademais devem atuar em consonância com esses direitos.	Handbook, 2003, p. 102, 103 e 109.
2	Conhecimento da política e da história da área da operação.	A inabilidade dos <i>peacekeepers</i> de discernir a extensão do trauma e vulnerabilidade causados na sociedade de um país anfitrião está na raiz de muitos problemas referentes às operações de paz (<i>Zeid Report</i> , 2005, p. 7). Além disso, é necessário desenvolver a capacidade de analisar os interesses e motivações dos partidos envolvidos no conflito. Esse conhecimento permite as tropas interpretar e adaptar-se às condições políticas locais.	Handbook, 2003, p. 103 e Doutrina Capstone, 2008, p. 32.
3	Conhecimento da cultura, dos costumes, das normas e língua locais (área da operação).	Esse conhecimento é importante para executar tarefas relacionadas à manutenção da paz visto que permitem as tropas relacionar-se confortavelmente com a população local, sendo essa uma entre outras boas práticas que fortalecem a legitimidade e credibilidade das tropas.	Handbook, 2003, p. 103 e Doutrina Capstone, 2008, p. 32 e THAKUR, 2001, p. 66.
4	Conhecimento do Mandato da operação, das Regras de Engajamento (ROE), das ameaças específicas da missão e da avaliação de risco da situação.	As unidades recebem pouco treinamento situacional. Os Estados-Membros freqüentemente preparam seus contingentes não com base no conceito de operações da missão e as regras de engajamento (onde está definido o uso da força), mas segundo declarações dos "requisitos de força" fornecidos pelo Serviço de Planejamento da Missão, as quais não contêm descrição das ameaças específicas sobre a operação e avaliação de risco. Quando as regras de engajamento e conceitos da operação são disponibilizadas, em geral não são difundidas.	Handbook, 2003, p. 103; <i>Building on Brahimi</i> , 2009, p. 36 e THAKUR, 2001, p. 21, 66 e 142.

5	Conhecimento de algumas atividades críticas de <i>peacebuilding</i> como, por exemplo, DDR, Reforma do Setor de Segurança, Proteção e Promoção dos Direitos Humanos, Assistência Eleitoral, apoio para restauração e extensão da autoridade do Estado e Remoção de Minas.	As tropas que servem em operações de manutenção da paz podem ser requisitadas para desempenhar atividades iniciais de <i>peacebuilding</i> , sendo que a experiência mostra que contingentes não têm recursos, nem <i>expertise</i> técnica para realizar essas tarefas.	Doutrina Capstone, 2008, p. 28 (Recomendação do C34 e do 4º Comitê) e <i>Year in Review</i> 2010, 2011 p. 3 e 4.
6	Conhecimento das Regras de padrão de conduta e disciplina estabelecidas no documento "Ten Rules: Code of Personal Conduct for Blue Helmets" (Guia oficial publicado pelo SG, mas não tem a força legal de regra) e no documento "We are United Nations Peacekeepers" (elaborado pela unidade de treinamento do DPKO).	Os membros militares dos contingentes devem ser treinados previamente para atuar de acordo com esses documentos que fornecem um componente essencial que são as diretrizes gerais de conduta e disciplina, regras as quais as tropas estão sujeitas.	<i>Zeid Report</i> , 2005, p. 7, 13 e 39 e site DPKO http://www.un.org/en/peacekeeping/issues/cd_u.shtml
7	Entendimento da cadeia de comando integrada da operação (linha de autoridade formal).	Os TCCs devem assegurar que as respectivas tropas fornecidas entendam completamente a importância de uma cadeia de comando integrada e a respeitem, sendo que o SG detém o controle operacional da missão.	<i>Brahimi Report</i> , parágrafo 267, p. 45.
8	Conhecimento de Tecnologia da Informação (TI).	Tecnologia da Informação, comercialmente disponível e relativamente acessível em termos financeiros têm o potencial de revolucionar as operações de paz da ONU. Elas estão cada vez mais acessíveis para a Organização, no entanto, a habilidade de utilizá-las para multiplicar a força depende do conhecimento técnico que os contingentes nacionais não têm, exceto se forem treinados apropriadamente. Treinamento é necessário em todos os níveis a fim de conscientizar a todos sobre como TI pode ajudá-los.	<i>Building on Brahimi</i> , 2009 p. 40.
9	Conhecimento especializado e capacidade em inteligência criminal e rastreamento de ativos financeiros.	O crime organizado em geral cresce após o final do conflito. O combate ao crime organizado demonstrou ser um componente crítico da estabilidade. No entanto, a <i>expertise</i> e a capacidade em lidar com esse tipo de situação estão com a oferta limitada.	<i>Building on Brahimi</i> , 2009 p. 29.
10	Treinamento extensivo mandatório sobre exploração e abuso sexual.	É crucial concentrar em medidas preventivas para eliminar exploração e abuso sexual, práticas que minam a autoridade moral e legitimidade da operação.	<i>Zeid Report</i> , 2005, p. 5 e THAKUR, 2001, p. 142.

11	Treinamento, diretrizes gerais e material sobre proteção, direitos e necessidades particulares das mulheres e crianças locais presentes na zona de conflito.	É importante para os <i>peacekeepers</i> perceberem que o conflito tem diferentes conseqüências para mulheres e crianças e que ambos têm prioridades e necessidades particulares no pós-conflito, sendo que uma operação de paz irá gozar de um sucesso maior na implementação do mandato se aqueles que o planejam e implementam levam em conta essas diferenças.	Handbook, 2003, p. 115 e 116.
12	Treinamento compulsório de habilidades básicas sobre resolução de conflitos para <i>peacekeepers</i> .	A introdução da idéia de que o conflito é um fenômeno inerente ao ser humano que nem sempre é destrutivo e a exploração das várias abordagens de uma situação de conflito encoraja os <i>peacekeepers</i> a pensar e agir além de um papel passivo.	THAKUR, 2001, p. 39.
13	Treinamento sobre o método de trabalho e responsabilidades dos outros componentes da operação de paz com quem possivelmente as tropas irão trabalhar.	Uma difusão do método de trabalho e da marcação clara das responsabilidades de cada componente beneficia a todos e permite que a cooperação entre os elementos que compõe uma operação de paz seja mais eficiente.	THAKUR, 2001, p. 142 e 201.

Quadro IV: Grupo B de parâmetros de excelência – Variáveis Comportamentais.

	Parâmetros de Excelência (Recomendação)	Justificativa/Relevância	Fonte da Recomendação
1	Comportamento digno de um soldado disciplinado, atencioso, maduro, respeitado e confiável que demonstre o mais alto nível de integridade e imparcialidade e orgulho da sua posição como <i>peacekeeper</i> e que não faça mau uso ou abuse da sua autoridade.	O respeito às forças de <i>peacekeeping</i> está diretamente relacionado ao seu sucesso em manter um alto nível de profissionalismo, integridade e imparcialidade o que é requisito fundamental para sustentar a cooperação e consentimento da população local.	"Ten Rules: Code of Personal Conduct for Blue Helmets" 1998 (1ª Regra) e Handbook, 2003, p. 58.
2	Respeito à lei da terra do país anfitrião, a cultura local, religião, tradições, costumes e práticas.	O mundo é lar de uma miríade de pessoas de diferentes línguas, culturas, costumes e tradições e a humildade e o respeito genuíno por todas elas é fundamental para os <i>peacekeepers</i> assegurarem credibilidade perante a população dos Estados anfitrião.	"Ten Rules: Code of Personal Conduct for Blue Helmets" 1998 (2ª Regra) e Relatório Zeid, 2005, p. 6.

3	O tratamento conferido aos habitantes do país anfitrião deve ser com respeito, cortesia, tato e consideração e nunca deve ser solicitado, nem aceito recompensa material, honrosa ou presente.	Em um conflito internacional, o foco operacional militar deve sempre reconhecer que, enquanto a prioridade é dar fim ao conflito, o comando e as tropas individuais devem prestar muita atenção ao bem-estar dos civis, que não são somente as principais vítimas da luta, mas cujo suporte e apoio são cruciais para o processo de paz como um todo (THAKUR, 2001, p. 64). Dessa forma o <i>peacekeeper</i> será tratado com admiração.	"Ten Rules: Code of Personal Conduct for Blue Helmets" 1998 (3ª Regra)
4	Não envolvimento em atos imorais sexual, físico, abuso psicológico ou exploração da população local ou funcionários da ONU, em especial mulheres e crianças.	A decência com que o <i>peacekeeper</i> trata a população local e o uso adequado da força têm efeitos diretos sobre a percepção de legitimidade das tropas internacionais (Doutrina Capstone, 2008, p. 36).	"Ten Rules: Code of Personal Conduct for Blue Helmets" 1998 (4ª Regra)
5	Respeito e proteção dos Direitos Humanos de todos, apoiando e ajudando os enfermos, doentes e fracos, não agindo com vingança ou malícia, em particular quando estiver lidando com prisioneiros, detidos ou pessoas sob custódia.	A população local é uma fonte primária de inteligência tática (em termos militares). Se a comunidade local enxergar as tropas intervencionistas como protetores efetivos, eles irão fornecer informações úteis para a operação e uma operação de paz que negligencia e falha em cultivar essa relação terá esse ativo cerceado. Dessa forma, qualquer política de “não-fraternização” ou “não-envolvimento” com a comunidade local irá condenar a operação (THAKUR, 2001, p. 64 e 65).	"Ten Rules: Code of Personal Conduct for Blue Helmets" 1998 (5ª Regra)
6	Utilização adequada do dinheiro, veículos, equipamento e propriedades das Nações Unidas disponibilizados e não os comercialize buscando benefícios pessoais.	A má gestão dos recursos materiais e financeiros da ONU causa impacto negativo que podem minar seriamente a legitimidade da tropa perante a Organização e a credibilidade dos militares perante a população local.	"Ten Rules: Code of Personal Conduct for Blue Helmets" 1998 (6ª Regra)
7	Cortesia militar para com todos os membros da missão incluindo outros contingentes da ONU independente de seu credo, gênero, posto ou origem.	Os militares <i>peacekeepers</i> freqüentemente estão em contato com componentes diversos da ONU e muitas vezes de outras organizações, sendo fundamental a cooperação e bom relacionamento entre os componentes para o êxito da operação.	"Ten Rules: Code of Personal Conduct for Blue Helmets" 1998 (7ª Regra)
8	Respeito e promoção do meio ambiente, incluindo a fauna e a flora do país anfitrião.	O respeito e promoção do meio ambiente do país anfitrião, além de servir de exemplo para a população local (a título de educação) também contribui para sustentar a cooperação e consentimento dessa população.	"Ten Rules: Code of Personal Conduct for Blue Helmets" 1998 (8ª Regra)

9	Não envolvimento com consumo excessivo de álcool ou tráfico de drogas.	O respeito aos <i>peacekeepers</i> está diretamente relacionado ao seu sucesso em manter um alto padrão de profissionalismo.	"Ten Rules: Code of Personal Conduct for Blue Helmets" 1998 (9ª Regra)
10	Exercício da máxima discrição ao lidar com informação confidencial questões relacionadas a assuntos oficiais que possam colocar vidas em risco ou prejudicar a imagem da ONU.	O tratamento discreto das informações confidenciais é fundamental para o êxito da missão.	"Ten Rules: Code of Personal Conduct for Blue Helmets" 1998 (10ª Regra)
11	Dedicação em atingir os objetivos da ONU.	Os objetivos da ONU servem de referência para as tropas e dependem de foco e dedicação para serem atingidos e dessa forma, garantir o êxito da operação de paz.	"We are United Nations Peacekeepers"
12	Entendimento do mandato e da operação a fim de agir de acordo com o que ambos prevêem.	O conhecimento do mandato e da operação proporciona confiança aos militares que terão informações sobre o ambiente em que serão inseridos e os objetivos estabelecidos pelo CSNU para a operação de paz.	"We are United Nations Peacekeepers"
13	<i>Peacekeepers</i> devem agir de maneira uniforme e responder uniformemente aos desafios.	A ação uniforme intra-contingente e inter-contingentes fortalece a credibilidade das tropas devido às respostas padronizadas que demonstram coordenação e nivelamento intra e inter-contingentes.	THAKUR, 2001, p. 106.
14	Obediência aos superiores das Nações Unidas e respeito à cadeia de comando.	É essencial que a cadeia de comando em uma operação seja compreendida e respeitada, sendo o ônus do capital nacional de reforçar e instruir seus comandantes de contingentes em assuntos operacionais.	<i>Brahimi Report</i> , parágrafo 267, p. 45.
15	Comandantes e oficiais superiores devem dar o exemplo para suas tropas (liderar pelo exemplo).	É de conhecimento comum no meio militar que soldados são tão bons quanto seus comandantes.	<i>Zeid Report</i> , 2005, p. 18 a 23.

Quadro V: Categoria C de parâmetros de excelência – Variáveis Intervenientes.

	Parâmetros de Excelência (Recomendação)	Justificativa/Relevância	Fonte da Recomendação
1	Aumento do percentual de mulheres no quadro de pessoal dos contingentes enviados para operações de paz.	O DPKO tem trabalhado duro para aumentar o número de mulheres servindo nos componentes militares das operações de paz da ONU. O aumento da participação feminina facilita a tarefa da missão de fazer contato significativo com grupos mais vulneráveis e ONGs na comunidade local em seus esforços de eliminar a exploração sexual e o abuso. Além disso, as mulheres profissionais que servem em operações de paz, particularmente em papéis de liderança, podem agir como modelo para as mulheres locais, em especial em sociedades em que as mulheres tradicionalmente tiveram papel secundário.	Year in Review 2010, 2010. p. 5 e Handbook, 2003, p. 116.
2	Envio de tropas apenas com idade superior a 21, nunca menor de 18.	Em outubro de 1998, a ONU pediu aos países contribuintes para mandar tropas apenas com idade superior a 21, nunca menor de 18 com o objetivo de assegurar que apenas pessoas experientes, maduras e bem treinadas serviriam com <i>peacekeepers</i> .	RAMESH, 2001, p. 190.
3	Envio de unidades já estabelecidas, ao invés de compor uma unidade reunindo diferentes unidades nacionais existentes.	TCCs devem priorizar o envio de unidades estabelecidas para operações de paz, uma vez que a disciplina e coesão dessas unidades tende a ser melhor do que em unidades compostas por diferentes unidades nacionais. Além disso, é mais provável que o comandante e os oficiais da unidade conheçam as forças e fraquezas de seu pessoal, o que os coloca em posição mais favorável para manter a disciplina.	Relatório Zeid, 2005, p. 19.
4	Cada contingente desdobrado deve contar com no mínimo outros dois prontos para substituí-lo no prazo de um ano.	Essa proporção viabiliza o rodízio de tropas sem prejudicar as outras atribuições constitucionais das FFAA e sem comprometer o nível de qualidade das tropas.	Uziel, 2010, p. 106.
5	As tropas devem ser bem remuneradas.	A remuneração é um dos instrumentos de incentivo para estimular o bom desempenho das tropas.	RAMESH, 2001, p. 122.

6	Utilização de métodos altamente participativos nos cursos de treinamento tais como <i>role-plays</i> , pequenos grupos de trabalho, e estudos de casos adaptados ao contexto local.	A experiência prova que os melhores cursos de treinamento utilizam métodos altamente participativos.	Handbook, 2003, p. 109.
7	Treinamentos/Exercícios conjuntos buscando novas parcerias regionais e reforçando as já existentes, ambas dentro do contexto do UNSAS (<i>United Nations Standby Arrangements System</i>) para formar diversas forças coerentes com tamanho de brigadas, prontas para se deslocarem em 30 dias a partir da adoção de uma Resolução do CSNU que estabeleça uma operação de paz tradicional e em 90 dias para operações de paz complexas.	Para ser eficiente, a operação de paz deve funcionar como uma unidade integrada, em especial no caso do componente militar. Os treinamentos conjuntos são essenciais para promover um nível comum de preparo (padrão) e garantir uma força coerente, evitando a vulnerabilidade decorrente de diferenças entre os contingentes. No entanto, um ponto fraco crítico das operações de paz da ONU (em contraste com OTAN e U.E.) refere-se à pequena ou inexistente prática de exercícios conjuntos, prévios ao desdobramento, entre os diversos contingentes nacionais que compõe a operação, o que reduz a eficiência da operação, em especial no que se refere ao uso da força para defesa do mandato.	Relatório Brahimi, 2000, p. 19, parágrafos 114/115 e Building on Brahimi, 2009 p. 36.
8	Armamento e equipamentos adequados, conforme exigências previstas no memorando de entendimento.	Os países contribuintes devem atender às provisões contidas no memorando de entendimento com relação aos requisitos de treinamento e equipamentos exigidos para serem convocados (o SG deve verificar o potencial de preparo das tropas antes do deslocamento e confirmar que provisões do memorando foram atendidas), no entanto, alguns países fornecem tropas sem o devido equipamento (por exemplo: rifles, capacidade orgânica de transporte, etc).	Brahimi Report (A/55/305), 2000, p. 15, parágrafo 87 e p. 18 parágrafo 107 e New Horizon, 2009, p. 29 e 30.
9	Tratamento adequado dos casos de quebra do Código de Conduta e mau comportamento.	Aqueles que não respeitarem o Código de Conduta serão investigados pelos próprios funcionários da ONU e quando as alegações forem confirmadas, devem ser disciplinados pela respectiva autoridade nacional, incluindo imposição de sanções legais quando apropriadas a fim de punir, evitar reincidência e servir de exemplo para os demais.	Handbook, 2003, p. 58.

10	Monitoramento constante realizado pelos próprios militares para avaliar os efeitos da sua presença com relação à população local.	Dado que não é possível antecipar todos os efeitos colaterais de uma operação de paz na população local, é importante realizar um monitoramento desse impacto a fim de corrigir eventuais descontentamentos que possam vir a causar.	Doutrina Capstone, 2008, p. 82.
11	Realização de projetos de rápido impacto ("toda operação de paz deve ter a capacidade de fazer uma diferença visível nas vidas das pessoas em suas respectivas áreas de missão, relativamente cedo ou nos primeiros estágios da operação").	As primeiras 06 a 12 semanas (2 meses aproximadamente) subsequentes ao cessar-fogo ou acordo de paz são frequentemente os mais críticos para estabelecer uma paz estável e credibilidade de uma nova operação (oportunidades perdidas nesse período são difíceis de reconquistar).	Relatório Brahimi, 2000, p. XI e 7; Doutrina Capstone, 2008, p. 30 e RAMESH, 2001, 106.
12	Treinamento indutório <i>in-mission</i> sobre conduta e disciplina.	Assuntos relacionados à conduta e disciplina são um componente essencial para treinamentos mandatórios que devem ocorrer para militares <i>peacekeepers</i> durante a missão são mandatórios.	site DPKO http://www.un.org/en/peacekeeping/issues/cdu.shtml

3. METODOLOGIA

Esse capítulo tem como objetivo explicitar e fundamentar a metodologia utilizada para desenvolvimento da presente pesquisa. De acordo com Oyadomari (2008, p. 61) “Metodologia refere-se à maneira global de tratar o processo de pesquisa, da base teórica até a coleta e análise de dados.”, portanto “[...] não podem ser verdadeiras ou falsas, apenas mais ou menos úteis [...]” (SILVERMAN, 1994, P.2, *apud* OYADOMARI, 2008, p. 61).

3.1 Tipo de estudo

Adotando o procedimento geral utilizado para investigar o problema de pesquisa como critério de classificação, Lima (2011, p. 3) distingue três tipos de pesquisa: bibliográfica, descritiva e a experimental (KÖCHE, 1999 e CERVO e BERVIAN, 2002, *apud* LIMA, 2011, p. 3). No entanto, além desses três tipos de pesquisa, alguns autores também incluem a pesquisa exploratória, bastante utilizada nas pesquisas sociais (GIL, 2009 e CERVO e BERVIAN, 2002, *apud*, LIMA, 2011, P. 4) em especial quando estas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema e aprimorar idéias ou a descoberta de intuições em um contexto em que a literatura é escassa.

Isso posto, o presente estudo é caracterizado como uma pesquisa exploratória descritiva. Exploratória, visto que buscou maiores conhecimentos sobre o nível de atuação das tropas brasileiras em operações de manutenção da paz sob o comando da ONU com base nos parâmetros de excelência identificados na revisão da literatura e em relatórios oficiais emitidos pelas Nações Unidas. Descritiva, pois procurou entender a atuação dos contingentes militares enviados para operações de manutenção da paz, procurando descrevê-la, classificá-la e interpretá-la.

3.2 Método de estudo

Um método em pesquisa significa, em um sentido mais amplo, a escolha de procedimentos sistemáticos para a descrição e explicação de fenômenos em ciências sociais e de acordo com Richardson (2007) há dois grandes métodos: o quantitativo e o qualitativo que se diferenciam pela sistemática de trabalho e pela forma de abordar o problema (RICHARDSON, 2007, *apud*, LIMA, 2011, P. 5). Foi empregado na presente pesquisa um conjunto de técnicas qualitativas conforme disposto no item 3.3 a fim de validar os resultados da pesquisa.

3.3 Estratégia de pesquisa

Quanto à estratégia de pesquisa, optou-se pela adoção da estratégia híbrida que implica no uso de fontes múltiplas de coleta de evidências, haja vista o fato de a análise exploratória descritiva lidar com uma ampla variedade de evidências. Segundo Yin (2005, p. 126) “a vantagem mais importante que se apresenta no uso de fontes múltiplas de evidências, é o desenvolvimento de linhas *convergentes de investigação*” que criam as condições para um processo de triangulação possibilitando chegar a uma descoberta ou conclusão que provavelmente será muito mais convincente e acurada por obedecer a um estilo corroborativo de pesquisa. Essa estratégia pode ser visualizada no Quadro VI a seguir:

Quadro VI: Matriz de Amarração dos objetivos (geral e específicos) com as respectivas técnicas de coleta e análise de dados.

Objetivos		Técnica de Coleta dos Dados	Técnica de Análise dos Dados
Geral	Específicos		
Avaliar o nível de atuação das tropas brasileiras em operações de manutenção da paz sob o comando da ONU à luz dos parâmetros de excelência identificados nos relatórios oficiais emitidos pela ONU e na revisão da literatura.	1. Identificar e categorizar os parâmetros de excelência que servem de referência para a atuação de tropas militares em operações de manutenção da paz da ONU.	Pesquisa Bibliográfica e Documental	Análise Qualitativa (Análise de Conteúdo)*
	2. Avaliar o nível de atuação das tropas brasileiras em operações de manutenção da paz da ONU segundo os parâmetros de excelência selecionados nos relatórios oficiais da Organização e na literatura.	Entrevista Estruturada	Análise Qualitativa (Análise de Conteúdo)**
		Pesquisa Bibliográfica e Documental	Análise Qualitativa
	3. Identificar os possíveis pontos de melhoria com relação à atuação das tropas brasileiras em operações de manutenção da paz da ONU.	N/A	Análise dos Resultados obtidos
	4. Verificar a existência de um padrão de atuação (<i>modus operandi</i>) das tropas brasileiras em operações de manutenção da paz.	N/A	Análise dos Resultados obtidos
5. Fornecer informações estratégicas para o bom desempenho das tropas brasileiras em operações de manutenção da paz.	N/A	Análise dos Resultados obtidos	

* Técnica de análise categorial.

** Técnica de análise de avaliação.

3.3.1 Técnicas e instrumentos de coleta de dados

Como se pode observar no quadro VI, as técnicas e os instrumentos de coleta de dados usados neste estudo que serviram como fontes de evidências foram:

- a) Pesquisa Bibliográfica feita na literatura que, direta ou indiretamente, trata do assunto: livros, artigos, teses, dissertações, jornais e internet, com dados pertinentes ao assunto, conforme indica Vergara (2009, p. 54).

A pesquisa bibliográfica foi utilizada em dois momentos. Inicialmente para levantar as recomendações feitas para tropas militares participantes de operações de manutenção da paz da ONU a partir de um *corpus*²⁵ constituído por livros e teses, bem como artigos que versam sobre o tema, visando atingir o objetivo específico 01 proposto que é o de estabelecer os parâmetros de excelência a serem utilizados para avaliar o nível de atuação das tropas brasileiras. Ademais, em um segundo momento a pesquisa bibliográfica também foi utilizada para atingir o objetivo específico 02 a fim de identificar por meio da legislação vigente (leis, portarias, decretos), de livros, de teses e internet, dados relevantes para a análise da atuação das tropas brasileiras em operações de manutenção da paz da ONU.

- b) Pesquisa Documental por meio dos Relatórios Oficiais internos emitidos pela ONU e pelo DPKO, bem como nos arquivos do Comando das Operações Terrestres (COTER), da Divisão de Missões de Paz desse Comando e do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) onde foram encontrados regulamentos internos, circulares, pareceres, relatórios e outros documentos não publicados.

²⁵ *Corpus* é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos (BARDIN, 2009, p. 122). No presente estudo, o objetivo foi determinado e, por conseguinte, foi escolhido o universo de documentos suscetíveis de fornecer informações sobre o problema levantado segundo a regra da pertinência a qual prevê que os documentos retidos devem ser adequados enquanto fonte de informação de modo a corresponderem ao objetivo que suscita a análise.

Assim como na pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental foi adotada em duas etapas. A pesquisa documental justifica-se, em um primeiro momento, à medida que complementou a pesquisa bibliográfica no intuito de identificar parâmetros de excelência, propostos no objetivo específico 01, com base em um *corpus* constituído por relatórios oficiais emitidos pela Organização e pelo DPKO e posteriormente contribuiu para o levantamento de dados relevantes para avaliar o nível de atuação das tropas brasileiras em operações de manutenção de paz da ONU segundo os parâmetros de excelência previamente estabelecidos e, dessa forma atingir o objetivo específico 02. Vale ressaltar que as fontes utilizadas para extrair esses dados foram em especial os arquivos do Comando das Operações Terrestres (COTER), da Divisão de Missões de Paz desse Comando e do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB).

- c) Entrevista estruturada (APÊNDICE A) com Oficiais Superiores do Exército Brasileiro com experiência prévia em operações de manutenção da paz da ONU.

No campo, foram realizadas entrevistas, instrumento esse escolhido uma vez que fornece material verbal rico e complexo (BARDIN, 2009, p. 89). A entrevista é um método de investigação específico no qual o entrevistador faz perguntas a alguém que oralmente lhe responde e pode ser classificada como informal, focalizada ou por pautas (estruturada). Para o presente estudo optou-se pela entrevista estruturada com base em um roteiro contendo 07 perguntas as quais contemplam vários pontos a serem explorados com o entrevistado e permitem uma abordagem direcionada e com maior profundidade (VERGARA, 2009, p. 52) esperando-se dessa forma encontrar evidências a fim de atingir os objetivos específicos 02. Vale ressaltar que as questões contidas no roteiro foram baseadas em alguns parâmetros relacionados na categoria C, referente às variáveis intervenientes, a fim de complementar os dados revelados pelas pesquisas bibliográfica e documental.

Por fim, com base nas conclusões alcançadas pelas pesquisas bibliográfica, documental e entrevistas procurou-se atingir os objetivos específicos 03, 04 e 05 que não dependem diretamente de instrumentos de coleta, mas sim de uma inferência dos resultados obtidos com

essas técnicas e instrumentos de coleta. Dessa forma, buscou-se nesse item demonstrar e detalhar como os dados do presente estudo foram obtidos para responder ao problema de pesquisa e correlacionar os objetivos com os meios para alcançá-los.

3.3.1.1 Plano de Amostragem

As entrevistas estruturadas ocorreram com Oficiais Superiores do Exército Brasileiro que tiveram participação prévia, porém recente em operações de manutenção da paz da ONU que contaram com participação numericamente alta das tropas brasileiras. Esses critérios foram adotados uma vez que a atuação das tropas brasileiras em operações de paz vem evoluindo ao longo do tempo e não seria adequado analisar práticas que foram suplantadas e não condizem mais com a realidade. Ademais, tampouco é adequado analisar a participação brasileira por meio de contribuições com observadores, pequenos grupamentos policiais ou profissionais da área da saúde haja vista o foco do trabalho dizer respeito à atuação das tropas brasileiras. Assim sendo, em um primeiro momento tem-se como universo o número total de Oficiais Superiores da Ativa que participaram da MINUSTAH.

Nesse contexto, foi selecionada uma amostra de 03 Oficiais Superiores sendo que a amostragem foi realizada por acessibilidade ou conveniência, de acordo com os contatos do autor dessa pesquisa e a disponibilidade dos Oficiais Superiores, caracterizando o processo como sendo de amostragem não-probabilística da população. Buscou-se ainda que os Oficiais Superiores selecionados fossem de distintos níveis hierárquicos dentro da Organização visando dessa forma obter evidências que variam do ponto de vista operacional e estratégico, considerando que quanto mais baixa for a graduação do militar no círculo dos oficiais, mais contato ele terá com os aspectos operacionais da missão e quanto mais alta for a graduação do militar, mais estratégica será sua visão.

3.3.2 Parâmetros de Excelência Utilizados na Análise

A partir das pesquisas bibliográfica e documental foram identificados 40 parâmetros de excelência para analisar a atuação das tropas brasileiras em operações de manutenção da paz da ONU (objetivo específico 02). Dado o grande número de parâmetros de excelência encontrado, foram selecionados e utilizados apenas os parâmetros contidos na categoria C (vide Quadro V) totalizando 12 parâmetros de excelência a serem aplicados para fins dessa pesquisa. Considerou-se que esses parâmetros são suficientes para encontrar evidências, ou seja, indícios do nível de atuação das tropas brasileiras em missões de paz e que, portanto já permitem inferir conclusões relevantes a respeito do objetivo específico 02. Nesse contexto, os instrumentos de coleta previstos no Quadro VI para atingir o objetivo específico 02 tiveram os parâmetros da categoria C como base para realização da segunda etapa das pesquisas bibliográfica e documental, bem como para a elaboração e aplicação da entrevista estruturada. Os demais parâmetros pertencentes às categorias A e B demandam uma análise que envolva outros instrumentos de coleta, além de conhecimentos nas áreas de sociologia e psicologia e, portanto foram reservados para estudos futuros nos quais a análise desses parâmetros poderá ser aprofundada de forma adequada.

3.3.3 Técnica de Análise dos Dados

A técnica de análise dos dados utilizada no presente trabalho é a análise de conteúdo a qual corresponde a um conjunto de instrumentos metodológicos cada dia mais aperfeiçoado e que se aplicam a discursos diversos, usualmente documentos inscritos e outras formas de comunicação. A análise de conteúdo é definida por Bardin (2009, p.38) como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos objetivos de descrição das mensagens, sendo que a intenção é a inferência de conhecimentos por meio de indicadores (quantitativos ou não). Com relação à metodologia da análise de conteúdo Bardin

(2009) identifica um processo de três fases: a pré-análise, a análise do material e o tratamento dos resultados, que inclui a inferência e a interpretação. A pré-análise é identificada com uma fase de organização em que estabelece o esquema de trabalho tendo-se o primeiro contato com os documentos. Já a análise do material é a fase de exploração do material cumprindo-se o esquema anteriormente proposto, sendo que na leitura dos documentos, o pesquisador adota procedimentos de codificação, classificação e categorização. Por fim, na fase de tratamento dos resultados e interpretação, o pesquisador, apoiado nos dados brutos, procurará torná-los significados e válidos e para tanto, utilizam-se técnicas quantitativas e/ou qualitativas, condensando os resultados em busca de padrões, tendências ou relações implícitas. Vale ressaltar que essa interpretação deverá ir além do conteúdo manifesto dos documentos, pois o que interessa ao pesquisador é o conteúdo latente, ou seja, o sentido que está por trás do imediatamente aprendido.

Do conjunto das técnicas de análise de conteúdo, neste estudo optou-se por proceder com a análise categorial dos textos selecionados para a pesquisa bibliográfica e documental a fim de identificar os parâmetros de excelência e a análise de avaliação para as entrevistas²⁶ aplicadas aos Oficiais Superiores do Exército Brasileiro, tendo como base os objetivos específicos estabelecidos. No caso da análise categorial, trata-se da técnica mais antiga e mais utilizada de análise de conteúdo (BARDIN, 2009, p. 200) em que o pesquisador deverá decodificar um texto em diversos elementos, os quais são classificados para formar agrupamentos analógicos. Nesse caso, entre as possibilidades de categorização, a mais comum, rápida e eficaz é a análise por tema ou análise temática. Consiste em isolar os temas de um texto coletado e extrair as partes utilizáveis e correlacionáveis ao problema da pesquisa, para permitir a comparação com outros textos escolhidos do mesmo modo. Dessa forma, com base no procedimento descrito, os relatórios oficiais da ONU, os livros, as dissertações e artigos foram decodificados em diversos elementos, os quais foram categorizados em temas, sendo uma das categorias as recomendações para as tropas militares participantes de operações de paz da ONU. Essas recomendações por sua vez foram agrupadas em 03 novas categorias de acordo com o tema em

²⁶ O recurso análise de conteúdo é indispensável para tirar partido do material dito qualitativo de uma entrevista (BARDIN, 2009, p. 89).

particular a que se referiam (predisposição, comportamento e variáveis intervenientes) as quais foram apresentadas no item 2.3 e estabelecidas como parâmetros de excelência (objetivo específico 01).

Com relação à análise de asserção avaliativa utilizada na análise das entrevistas para o presente estudo, essa técnica tem por finalidade medir as atitudes do locutor com relação aos objetos de que se fala uma vez que correntemente falando, as pessoas emitem opiniões sobre as coisas e a manifestam por juízos de valor (BARDIN, 2009, p. 201). Tais juízos de valor são caracterizados pela sua direção e intensidade, sendo que a dimensão direção é o sentido da opinião segundo um par bipolar²⁷ e entre os dois pólos existe um estado intermédio, a neutralidade e a dimensão intensidade²⁸ que demarca a força ou o grau de convicção expressa. Dessa forma, consiste em uma técnica bastante parecida com a análise de conteúdo temática, dado que funciona baseando-se igualmente na decomposição do texto em unidades de significação, porém o objetivo é específico uma vez que se atém não somente à ocorrência deste ou daquele tema, mas à carga avaliativa das unidades de significação tomadas em conta. Tal fato torna a técnica adequada para análise das entrevistas realizadas para o presente trabalho que em virtude do baixo número de entrevistados (03) torna inadequada a análise de conteúdo clássica com tabela de análise categorial privilegiando a repetição de frequência dos temas, com todas as entrevistas juntas o que permitiria um tratamento estatístico dos dados, ou seja, essa técnica permite fazer uma interpretação dos dados coletados por meio do tratamento de forma não estatística, sem perder a qualidade e profundidade dos resultados obtidos.

A aplicação dessa técnica ocorreu da seguinte maneira, respeitando as fases propostas por Bardin (2009, p. 202 a 207): primeiramente foram extraídos das entrevistas por tema-eixo proposto por cada pergunta, somente os enunciados que exprimem uma avaliação (proposição avaliativa²⁹)

²⁷ A opinião pode ser a favor ou contra, favorável ou desfavorável, positiva ou negativa, amigável ou hostil, aprovadora ou desaprovadora, otimista ou pessimista e até boa ou má.

²⁸ Uma adesão pode ser fria ou apaixonada, ligeira ou veemente, entre outras.

²⁹ As proposições avaliativas são compostas por 03 elementos (ou pelo menos é necessário restituí-las a estes 03 constituintes através da operação de normalização): Objetos de Atitude (AO) são os objetos sobre o qual recai a avaliação, por exemplo, pessoas, grupos, idéias, coisas, acontecimentos, etc. geralmente são os substantivos ou pronomes pessoais. Os termos avaliativos com significação comum (cm) são termos que qualificam os objetos da

contendo 03 elementos, os Objetos de Atitude (OA), os termos avaliativos com significação comum (cm) e os conectores verbais (c). Em um segundo momento, realizou-se a normalização dos enunciados com a finalidade de obter formas afirmativas segundo a combinação sintática mais elementar: ator, ação, complemento, o que pode ser traduzido por OA/Conector Verbal/Material Avaliativo. Por fim foi realizada a codificação e notação, por meio de tabelas, sendo que o codificador imprime uma direção (positiva ou negativa) a cada conector verbal (c) e a cada qualificador (cm) e a direção por sua vez é avaliada em intensidade em uma escala de sete pontos (-3 a +3) permitindo ao final avaliar o nível de qualidade de cada Objeto de Atitude contido nas entrevistas. Vale ressaltar que o grau de intensidade foi atribuído de acordo com a orientação de Bardin (2009, p. 205).

atitude (comentários do tema), a título de exemplo, adjetivos, substantivos, advérbios ou ainda verbos. Os conectores verbais ligam no enunciado os objetos de atitude aos termos de qualificação.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A apresentação dos resultados foi dividida em três partes distintas. Na primeira parte são apresentados os resultados obtidos com a pesquisa documental e bibliográfica e suas respectivas fontes de consulta. Na segunda parte é realizada uma breve descrição do perfil dos entrevistados do Oficialato do Exército Brasileiro, juntamente com a transcrição das entrevistas realizadas e sua posterior análise, que seguiu os critérios da técnica de análise de conteúdo, mais especificamente da técnica de análise de asserção avaliativa, conforme apontados no capítulo anterior. Por fim, de forma a se concluir este capítulo, realizou-se a discussão desses resultados por objetivo específico.

4.1 Apresentação dos Resultados da Pesquisa Bibliográfica e Documental

4.1.1 *Dos parâmetros de excelência analisados*

A pesquisa bibliográfica e documental abrange os cinco primeiros parâmetros de excelência da categoria C e a apresentação dos resultados dessa análise seguiu a ordem dos parâmetros contidos no Quadro V para sua melhor compreensão.

4.1.1.1 Do parâmetro de excelência 1 da Categoria C

- *Parâmetro de excelência 1: Aumento do porcentual de mulheres no quadro de pessoal dos contingentes enviados para operações de paz.*

O DPKO tem trabalhado arduamente para aumentar o número de mulheres servindo nos componentes militares das operações de paz da ONU como pode ser observado na Tabela I a seguir. O aumento da participação feminina facilita a tarefa da missão de fazer contato significativo com grupos mais vulneráveis e ONGs na comunidade local em seus esforços de eliminar a exploração sexual e o abuso. Além disso, as mulheres profissionais que servem em operações de paz, particularmente em papéis de liderança, podem agir como modelo para as mulheres locais, em especial em sociedades em que as mulheres tradicionalmente tiveram papel secundário.

Tabela I: Evolução da proporção de militares mulheres por categoria em operações de paz.

CATEGORIES		2000	2001	2002 (1)	2003	2004	2005 (2)	2006	2007	2008	2009 (3)	2010
UN Military Experts on Mission (UNMEM) (Includes Military Observers, Military Liaison Officers and Military Advisers)	Total UNMEM	1,490	1,749	1,808	1,708	2,099	2,139	2,686	2,557	2,361	2,300	2,321
	Female	-	-	-	-	-	43	62	89	89	86	96
	%	-	-	-	-	-	2.01%	2.31%	3.48%	3.77%	3.74%	4.14%
TROOPS (Includes Staff Officers)	Total Cont	28,739	37,774	35,698	30,805	53,130	59,677	62,865	71,391	74,696	80,907	83,635
	Female	-	-	-	-	-	973	1,173	1,397	1,645	1,956	2,021
	%	-	-	-	-	-	1.63%	1.87%	1.93%	2.20%	2.42%	2.42%
POLICE (Includes Individual Police and Police Formed Units)	Total Police	7,194	7,628	6,754	4,435	5,516	5,991	8,055	9,380	11,519	12,212	13,970
	Female	-	-	-	-	-	-	-	-	-	887	1,215
	%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.26%	8.70%
SUBTOTAL MILITARY/POLICE		37,423	47,151	44,260	36,948	60,745	67,807	74,841	83,328	88,576	95,419	99,926
TOTAL FEMALE		-	-	-	-	-	1,016	1,235	1,486	1,734	2,929	3,332
PERCENTAGE OF FEMALE/TOTAL		-	-	-	-	-	1.50%	1.65%	1.78%	1.96%	3.07%	3.33%

Fonte: DPKO/OMA Statistical Report on Female Military and Police Personnel in UN Peacekeeping Operations Prepared for the 10th Anniversary of the SCR 1325.

Segundo relatório oficial³⁰ da ONU em 31 de julho de 2010 o Brasil contava com um contingente de tropas no total de 2.216 entre os quais havia apenas 09 militares mulheres. Com

³⁰ UN Mission's Contributions by Country (31Jul10): http://www.un.org/en/peacekeeping/contributors/2010/july10_5.pdf

base nesses valores é possível observar que a proporção de mulheres nas tropas brasileiras é de 0,40% o que está bem aquém dos 2,42% apresentados no âmbito geral das operações de paz para o mesmo período. O número também é inferior quando comparado a outros TCCs da MINUSTAH, como por exemplo, Guatemala (8,84%), Argentina (4,31%), Uruguai (3,72%), Chile (2,37%) e Nepal (1,58%).

Ainda que a presença de mulheres nas tropas participantes de operações de paz possa causar choque entre as diferentes normas culturais do staff da missão ou ainda com os costumes locais do país anfitrião (*United Nations Peacekeeping Operations Principles and Guidelines*, 2008, p. 82) a Organização acredita que o impacto social final seja positivo e dessa forma estimula o incremento na participação de mulheres nas tropas dos TCCs.

4.1.1.2 Do parâmetro de excelência 2 da Categoria C

- ***Parâmetro de excelência 2: Envio de tropas apenas com idade superior a 21 anos, nunca inferior a 18.***

Segundo a Portaria Nº 037-EME, de 13 de abril de 2010³¹, “As praças que estejam realizando o Serviço Militar Inicial (conscritos) não deverão integrar o efetivo de OM de Paz” (p. 17, item c). Considerando que o artigo 3º da Lei Nº 4.375/64 prevê que “O Serviço Militar inicial será prestado por classes constituídas de brasileiros nascidos entre 1º de janeiro e 31 de dezembro, no ano em que completarem 19 (dezenove) anos de idade” é possível inferir com base nessa regra que apenas praças com idade igual ou superior a 19 anos estarão habilitados a participarem de operações de paz. A Portaria Nº 038-EME, de 13 de abril de 2010 por sua vez estabelece ainda que “deverão ser considerados os requisitos impostos pelo DPKO, em relação

³¹ Boletim do Exército nº 16, de 23 de abril de 2010.

ao pessoal qualificado e habilitado” (p.20, item 7). Além disso, a Portaria Nº 577/03 a qual aprova as Instruções Gerais para Missões no Exterior IG 10-55 inclui uma série de critérios adicionais rigorosos relacionados à nota, comportamento, cursos, habilidades, línguas, entre outros a fim de garantir o alto padrão do militar que irá participar de missões no exterior. Por fim, foi possível constatar nas Diretrizes de Preparação Específica de Tropa para Missão de Paz aprovadas pelo COTER aspectos complementares aos citados anteriormente julgados importantes de serem observados para um bom recrutamento fruto do banco de dados de lições aprendidas. A título de exemplo, foi extraído e apresentado a seguir o item 07 da Diretriz Geral de Preparo para o BRABATT 2:

“Como aspectos julgados importantes de serem observados para um bom recrutamento [...] são apresentados os seguintes pontos:

a) por se tratar de uma missão real no exterior, esta seleção deverá ser rigorosa, onde os melhores militares deverão ser selecionados atendendo os critérios desta Diretriz e evitando indicações que dificultem ou prejudiquem o gerenciamento do preparo;

b) o recrutamento deve ocorrer no universo de militares que não participaram de missão de paz, a fim de permitir essa oportunidade ao máximo de militares;

c) o universo de seleção para os cargos de cabos e soldados deve considerar apenas o efetivo do Núcleo-Base (NB);

d) para o universo de cabos e soldados, somente devem ser selecionados os militares a partir do primeiro ano na condição de NB até o penúltimo ano, exclusive, do tempo limite de permanência no EB;

f) para os cargos de oficial subalterno e 3º sargento, deve-se priorizar a seleção de militares de carreira em detrimento de militares temporários, em virtude da experiência profissional que este tipo de missão proporciona para o efetivo da Força. Apenas em último caso, e por falta absoluta de militares de carreira, os temporários podem ser selecionados;

g) as melhores condições físicas e de higiene devem ser priorizadas, evitando militares com quaisquer problemas de saúde.”

Os critérios elencados demonstram o comprometimento do Brasil não somente com a recomendação da ONU com relação à idade, como também com outros requisitos impostos pelo próprio país a fim de garantir o padrão de atuação das tropas brasileiras.

4.1.1.3 Do parâmetro de excelência 3 da Categoria C

- *Parâmetro de excelência 3: Envio de unidades já estabelecidas, ao invés de compor uma unidade reunindo diferentes unidades nacionais existentes.*

De acordo com a Portaria Nº 037-EME, de 13 de abril de 2010, as Organizações Militares (OM) designadas para compor os contingentes destinados ao cumprimento de missões de paz serão:

“1) Serão estruturadas pela composição de módulos operacionais completos - frações ou subunidades - provenientes das OM pertencentes ao C Mil A devendo, sempre que possível, serem evitadas as composições das frações ou subunidades, pela reunião de militares de origens distintas, de modo a não afetar a integridade do módulo operacional e sua capacitação para o emprego (grifo nosso). (p. 14)”

Ademais, conforme previsto no item 4 da mesma portaria, as tropas terão a preparação específica, na qual toda a OM de força de paz encontrar-se-á reunida, executada mediante ordem e sob orientação do COTER o que demonstra o objetivo do Exército Brasileiro de formar e enviar forças coesas para participarem de operações de paz. As Diretrizes de Preparação Específica de Tropa para Missão de Paz aprovadas pelo COTER reiteram o comprometimento do Exército Brasileiro em enviar unidades nacionais já existentes como pode ser corroborado no item 4 referente à “Estrutura do Contingente” da Diretriz Geral de Preparo para o BRABATT 2 que comporá o 16º Contingente Brasileiro a ser empregado na MINUSTAH, em 2012:

“a. Base para a Constituição dos Contingentes - Comando Militar do Leste, com foco na 4ª Bda Inf Mtz – cujo Cmt será o Coordenador do Preparo do BRABATT 2 –, selecionada pelo COTER para a constituição do contingente do BRABATT 2. (p.2)”

4.1.1.4 Do parâmetro de excelência 4 da Categoria C

- ***Parâmetro de excelência 4:*** Cada contingente desdobrado deve contar com no mínimo outros dois prontos para substituí-los no prazo de um ano.

Para cada contingente de tropas brasileiras desdobrado, o Estado-Maior do Exército assistido pelo COTER irá assessorar o Gabinete do Comandante do Exército quanto à definição dos dois próximos Comandos Militares de Área responsáveis pela seleção e preparo das OMs de Força de Paz (Portaria Nº 037-EME, 2010, p. 17) considerando um prazo para a preparação mais adequada das tropas para a missão de paz. Segundo Uziel (2010, p. 106) estimativas sugerem que o Exército Brasileiro poderia mobilizar cerca de 1% de seu contingente total, o que representa entre 2.000 a 2.500 homens por semestre, para os quais há capacidade de manter dois contingentes à disposição para rodízio sem comprometer a qualidade das tropas. Tal cifra condiz com o número atual de tropas brasileiras deslocadas para operações de paz. Vale ressaltar que o Brasil é presença constante na lista do Sistema de Pronto Emprego das Nações Unidas (UNSA) ratificando o memorando e mantendo sempre um módulo preparado (BOYARD, 2010, p. 178).

4.1.1.5 Do parâmetro de excelência 5 da Categoria C

- ***Parâmetro de excelência 5:*** As tropas devem ser bem remuneradas.

A Lei 10.937 de 12 de agosto de 2004³² dispõe sobre a remuneração dos militares, a serviço da União, integrantes de contingente armado de força multinacional empregada em operações de paz. Está previsto em seu artigo 3º que:

“Os militares integrantes de tropa brasileira no exterior continuarão recebendo, em moeda nacional, a remuneração prevista na legislação pertinente das Forças Armadas ou na dos Estados, Distrito Federal e Territórios, percebendo, ainda, em moeda estrangeira, a Indenização Financeira Mensal para Tropa no Exterior, que será igual ao produto dos valores estabelecidos na Tabela I do Anexo a esta Lei pelo Fator Regional fixado.” (grifo nosso)

Além disso, o da remuneração e das indenizações financeiras previstas no artigo 3º o militar integrante de tropa brasileira no exterior terá direito a um auxílio destinado a atender despesas com deslocamento e instalação conforme cálculo previsto na referida lei. Esta não é uma prática comum entre os TCCs cujas tropas enviadas para operações de paz permanecem com remuneração suspensa, percebendo apenas a indenização em moeda estrangeira. A prática adotada pelo governo brasileiro com relação às suas tropas no que diz respeito à remuneração configura-se sem dúvida em um incentivo que o destaca dos demais países contribuintes e condiz com a recomendação da ONU de manter as tropas bem remuneradas.

4.2 Análise das entrevistas

4.2.1 Perfil dos Entrevistados do Oficialato do Exército Brasileiro

³² Publicada no DOU de 13/08/2004.

Como entrevistados, teve-se acesso a 03 Oficiais Superiores do Exército Brasileiro, quais sejam: General de Divisão, Coronel e Major. Em comum, todos estão mais de 20 anos na ativa e participaram mais de uma operação de manutenção da paz da ONU, em alguns casos em momentos diferentes da mesma missão. Além disso, algumas características da amostra são heterogêneas, em especial no que diz respeito aos postos de cada militar e às funções que desempenharam nas missões de paz (vide Quadro VII), o que enriqueceu a pesquisa em termos de informações contidas no material coletado.

Quadro VII: Perfil dos entrevistados.

Perfil dos Respondentes			
Posto	Missões	Ano	Funções Desempenhadas na Missão
General de Divisão	MINUSTAH	2004	Oficial de Operações do 1º Contingente
	MINUSTAH	2009/10	<i>Force Commander</i>
Coronel	MINUSTAH	2004	Oficial de Operações do Batalhão
	MINUSTAH	2010	Adjunto do Oficiais de Operações
Major	UNAMET/UNTAET	1999	Comandante de Pelotão
	MINUSTAH	2010	Comandante de Companhia

4.2.2 Apresentação dos resultados das entrevistas

A apresentação dos resultados das entrevistas com os Oficiais Superiores do Exército Brasileiro seguiu a ordem das questões contidas no roteiro de entrevista (vide APÊNDICE A), para sua melhor compreensão.

4.2.2.1 Da pergunta 1

- **Pergunta 1:** *Qual a opinião do senhor com relação ao armamento e equipamentos utilizados pelas tropas brasileiras na(s) operação(ões) de manutenção da paz da ONU que o senhor participou?*

O Quadro VIII evidencia as respostas obtidas dos Oficiais Superiores, literalmente transcritas, quando questionados a respeito do armamento e equipamentos utilizados pelas tropas brasileiras nas operações de manutenção da paz que participaram.

Quadro VIII: Respostas dadas pelos Oficiais Superiores para a pergunta 1.

Posto	Resposta Dada
General de Divisão	Os armamentos e equipamentos são perfeitamente ajustados a natureza da missão (missão de estabilização) e com a demanda operacional. É claro que ao cabo de 07 anos o material foi sendo adaptado com mais fidelidade a demanda operacional. Hoje os militares estão completamente capacitados, inclusive em termos de armamento equipamento.

Coronel

Tive duas experiências. Em 2004 havia uma situação de imposição e outra de manutenção da paz sendo que a primeira envolvia combate urbano e o fuzil 762 era grande, pesado e muito potente, com alto potencial de efeitos colaterais o que **não era totalmente adequado ainda que correspondessem às exigências do ME**. Além disso, havia pouca experiência para controle de tumulto aliada à *inexistência de armamento não letal suficiente para esse tipo de operação*. Em 2010, a maior parte das operações estava relacionada à ajuda humanitária e trabalho de polícia, equilíbrio entre armamento de guerra (fuzil 762 - fuzil padrão de guerra nacional) o qual deve ser mantido e armamento não letal e em 2010 foi o que ocorreu. Isso foi possível fruto da desescalada da violência no país (*hoje cada militar leva seu armamento de dotação e cada grupo de trabalho leva armamento necessário para executar tarefas* que seria o armamento não letal). Mas vale ressaltar que em 2004 foi bom ter o fuzil mais agressivo pelo fato de que houve combate com exército haitiano das tropas dissidentes (irregulares). O carro em 2004 VBDT foi produzido no Brasil e militar ficava muito exposto porque não tinha escotilha de proteção (hoje tem mais deixou o carro menos operacional). Atualmente foi colocada na frente dos blindados uma “pá” para retirar o lixo (carcaças de carro) que deixavam na rua para dificultar o tráfego de viaturas. Os rádios por sua vez têm melhorado, mas ainda há deficiência grande de rádios portáteis para combate urbano (precisam ser mais leves e portáteis, por exemplo, radio com fone de ouvido em termo de quantidade há suficiente, porém no quesito tecnologia precisam ser menores e deixar as mãos livre – a tecnologia existe, mas BR não enviou. Capacete de fibra fabricado no Brasil é de excelente qualidade, mas a carcaça não é confortável e após uso prolongado causa dor de cabeça. Já existe capacete com tecnologia para evitar isso. Colete é o de maior nível balístico (2004 importado, 2010 produzido no Brasil), mas a tecnologia ainda não é de ponta tornando-o pesado e volumoso, ruim para combate urbano que exige agilidade. Por exemplo, os americanos utilizam coletes mais leves. Todo soldado recebe um kit que inclui óculos com lente contra pó e lente transparente para operações noturnas e outro pequeno para uso cotidiano, luvas de couro, joelheira entre outros artigos. Em 2010, **houve um avanço grande na utilização de novos equipamentos que protegem tanto o combatente, como a população**.

Major	<p>Com relação ao Haiti o armamento ainda está inapropriado. <i>Tive contato com a base americana no Haiti e comparando o armamento brasileiro com o deles percebi a diferença no nível entre os armamentos</i>. Mas estou ciente de que há um projeto para melhoria do armamento (por exemplo, visando redução de peso). Em relação ao colete, as placas são extremamente pesadas e o mesmo limita o movimento o que não ocorre, por exemplo, com os coletes israelenses que são mais maleáveis. Tive uma situação de perseguição em que não tive mobilidade suficiente para perseguir o indivíduo. No caso do fardamento, o mesmo descolore rapidamente e não está condizente com a operacionalidade que se julga necessária, nem do ponto de vista de uso e apresentação. Nosso coturno é de excelente qualidade. O Capacete cumpria a finalidade e possibilita realizar os ajustes necessários. <i>Não mudou muito em relação Timor Leste</i>. Levamos 06 meses de preparação, mas em função do terremoto fui enviado em um escalão precursor essa situação gerou imprevistos com relação ao equipamento (exemplo, barracas).</p>
--------------	---

Tabela II: Notação do Objeto de Atitude “Armamento e Equipamentos”.

OA (Objeto de Atitude)	c (conector verbal)	Ano Referência	Cm			Produto (c x cm)
			Valor de c	cm (Termo de Significação Comum)	Valor de cm	
1. Armamento e Equipamentos	são perfeitamente	2010	+3	ajustados a natureza da missão.	+3	+9
2. Armamento e Equipamentos	tiveram	2010	+3	avanço grande para proteção do combatente e da população.	+2	+6
3. Armamento e Equipamentos	ainda estão	2010	+3	inapropriados.	-2	-6
4. Armamento e Equipamentos	têm	2010	+3	um projeto de melhoria.	+2	+6
					Total	+15

Resultado Médio +1.25

Em uma escala de sete escalões, o resultado médio para o objeto de atitude “armamento e equipamentos” é de 1,25 (positivo). Com base nas respostas obtidas por meio da entrevista, é possível observar que houve uma evolução no sentido de adequação do armamento e

equipamentos às necessidades operacionais da missão, bem como no que diz respeito à proteção dos combatentes e da população. Atualmente conforme dados coletados cada “militar leva seu armamento de dotação e cada grupo de trabalho leva o armamento necessário para executar a tarefa” de acordo com o Memorando de Entendimento (ME) da ONU. No entanto, foi identificado que ainda há espaço para melhorias nesse requisito e segundo um dos entrevistados “há um projeto de melhoria do armamento”.

4.2.2.2 Da pergunta 2

- ***Pergunta 2:*** *Como o senhor avalia o tratamento conferido aos casos de militares brasileiros que quebraram o código de conduta e apresentarem mau comportamento na(s) operação(ões) de paz que o senhor participou?*

O Quadro IX evidencia as respostas obtidas dos Oficiais Superiores, literalmente transcritas, quando questionados a respeito do tratamento conferido aos casos de militares brasileiros que quebraram o código de conduta e apresentaram mau comportamento durante a operação de paz.

Quadro IX: Respostas dadas pelos Oficiais Superiores para a pergunta 2.

Posto	Resposta Dada
General de Divisão	<p>O Brasil deve estar beirando 15 mil militares com experiência no Haiti. <i>Em nenhum caso foi confirmado (por meio de investigação) situação de violação de código de conduta por parte de militares brasileiros.</i> As denúncias ocorridas, após apuradas por meio de investigações procedidas pela ONU levaram a crer que as denúncias não tinham fundamento. O Brasil é um exemplo de conduta em operações de paz. Isso se deve muito à formação militar dos <i>peacekeepers</i> o que inclui o treinamento original e o treinamento específico para a missão. Se for confirmado caso de quebra do código de conduta ou mau comportamento e o militar ainda estiver na missão, ele será imediatamente enviado de volta para o Brasil.</p>
Coronel	<p><i>Tropas brasileiras são muito controladas o que reduz os casos de quebra do código de ética.</i> Isso começa na seleção dos militares. Além disso, <i>sempre saem nas ruas, comandados por alguém.</i> Os problemas que houveram e não foram denunciadas foram solucionadas internamente no batalhão impedindo a evolução dos fatos, por exemplo, tirando o militar da rua e desse tipo de operação ou até mesmo enviando de volta para o Brasil (por exemplo, excesso de violência no trato com prisioneiro). <i>Em 2010 passou a haver mais quebra de conduta no caso de abuso sexual,</i> fato esse concentrado nos grandes campos de desabrigados e quando a tropa teve que agir de forma descentralizada, aumentava possibilidade de assédio e principalmente da população para com a tropa. Tínhamos que redobrar a atenção ao militar para que não excedesse ao assédio. O número de crimes sexuais entre aumentou entre a população também. A ordem passou a se não entrar em campos de desabrigados e quando ocorresse desordem dentro do campo orientação era acionar policia da ONU. Às vezes que ocorreram, foram solucionadas pelo próprio governo e o militar retornou ao país. Houve poucas denúncias oficiais, por exemplo, caso de militar repatriado pela conduta de embriaguez. Posso afirmar que <i>a tolerância é zero com comportamento inadequado com os nacionais.</i> Além disso, <u>as tropas têm medo de serem repatriadas porque voltam para o país, perdem dinheiro que ganhariam e no Brasil são licenciados “a bem da disciplina” freando o comportamento desvairado.</u></p>

Major

Tínhamos uma base chamada campo de golfe (local cujo dono é um americano que é um dos sócios de uma rede de TV americana e um dos sócios da Johnie Walker). Esse local se transformou em um IDP (campo de refugiados). Dentro desses IDPs tem de tudo, abuso sexual, drogas, etc. Vale ressaltar que ainda existe luta pela liderança e brigas “tribais” entre facções dentro dos IDPs. O meu contingente foi o primeiro a ser formado no nível nacional com comandos militares de área distintos Sul, Sudeste, Nordeste (o normal é ser do mesmo comando militar de área). Levando em conta as características regionais de cada um, alguns militares tiveram contatos com antropólogas estrangeiras e foram mais expansivos o que aproximou os grupos. Houve uma intervenção interna em um primeiro momento por meio de aumento número de patrulhas, até receber notícias pelo canal de comando de que ainda se corria o risco de deflagra um problema maior, o que *levou a tomada de decisão de exfiltrar as tropas da região*. Outra situação, durante uma manifestação contra a MINUSTAH e contra o presidente foi determinado um *static point* na frente da universidade de etnologia (por desconhecimento do fato por parte dos praças que compunham esse *static point*). Os estudantes acharam que fosse uma afronta e houve apedrejamento. Um sargento se engajou com o pessoal, deu disparo para cima, se evadiu e pediu reforço. A outra patrulha veio e entrarem na faculdade para captura dos civis que estavam realizando o apedrejamento, tudo segundo as ROE. Houve ação com armamento não letal e os apedrejadores foram capturados. Esse problema foi parar no departamento de Direitos Humanos da ONU e depois de Nova Iorque *o Brasil foi questionado sobre os procedimentos adotados nessa operação a fim de averiguar a culpabilidade ou não (se houve maus tratos)*. Fiz o inquérito entregue ao comandante do Exército Brasileiro que encaminhou para ONU. A conclusão do inquérito foi a de que *o procedimento não feriu os Direitos Humanos*, mas ainda não tive *feedback* do resultado. **Soube de outros casos que, depois de confirmada a má conduta houve repatriação.**

Tabela III: Notação do Objeto de Atitude “Tratamento dos casos de quebra do código de conduta”.

OA (<i>Objeto de Atitude</i>)	c (<i>conector verbal</i>)	Ano Referência	Cm		Valor de cm	Produto (c x cm)
			Valor de c	cm (<i>Termo de Significação Comum</i>)		
1. Tratamentos dos casos de quebra do código de conduta	se a quebra for confirmada (investigação)	2010	+3	o militar será imediatamente enviado de volta para o Brasil.	+3	+9
2. Tratamentos dos casos de quebra do código de conduta	foram solucionados	2010	+3	pelo próprio governo e o militar retornou ao país.	+3	+9
3. Tratamentos dos casos de quebra do código de conduta	houve	2010	+3	repatriação depois de confirmada a má conduta.	+3	+9
					Total	+21

Resultado Médio +3

Em uma escala de sete escalões, o resultado médio para o objeto de atitude “tratamento dos casos de quebra do código de conduta” é de 3 (positivo). Trata-se de um valor elevado e com base nas respostas obtidas por meio das entrevistas é possível observar que sempre que um caso de quebra do código de conduta for corroborado por meio de investigação o militar envolvido é repatriado, conforme previsto pela ONU. Além disso, após ser repatriado o militar perde o dinheiro que receberia e é licenciado “a bem da disciplina” inibindo comportamentos que não estejam condizentes com o código de conduta. Ainda foi possível notar que o Estado Maior busca atuar de forma preventiva monitorando e resolvendo internamente situações de risco que possam se deflagrar em problemas maiores.

4.2.2.3 Da pergunta 3

- **Pergunta 3:** *Na(s) operação(ões) de paz que o senhor participou, foi realizado pelos próprios militares brasileiros monitoramento junto à população local a fim de avaliar os efeitos da sua presença?*

O Quadro X evidencia as respostas obtidas dos Oficiais Superiores, literalmente transcritas, quando questionados a respeito da realização de monitoramento por parte dos militares brasileiros junto à população local visando avaliar os efeitos da presença da tropa.

Quadro X: Respostas dadas pelos Oficiais Superiores para a pergunta 3.

Posto	Resposta Dada
General de Divisão	Essas pesquisas junto à população são feitas sistematicamente no mínimo 01 vez durante o tempo de permanência (6 meses) de cada contingente brasileiro. Nós temos, nos contingentes brasileiros, profissionais da área de comunicação social que são integrantes do batalhão. E tudo isso leva a crer tradicionalmente que a tropa brasileira é extremamente respeitada pelos haitianos. Porque respeita a população, tradição e costumes locais e só aplica a força na medida estrita da necessidade, nunca além. Há contingentes brasileiros que permanecem durante o período da missão sem disparar um tiro de munição real ou vivo (letal), o que revela a maturidade e preparo da tropa.

<p>Coronel</p>	<p>Em 2004 não, era mais uma avaliação pessoal, mas não formal. Já em 2010 as equipes de operações psicológicas tinham como missão mensurar cada uma das operações diante da população (pesquisa elaborada metodologicamente e colhiam os dados em campo, tabulavam e emitiam relatório). Os relatórios serviam de subsídio para o oficial direcionar os esforços da tropa. Patrulhamento focado para tarefas policiais (segurança pública) e operações de desenvolvimento estrutural eram feitos baseados nos relatórios de levantamento de área. A equipe de operações psicológicas realiza diariamente um monitoramento junto à população saindo nas ruas para coletar dados para relatório e faz mensalmente uma operação para mitigar problemas levantados pela equipe de operações psicológicas. Por exemplo, um relatório indicando região com falta de água, os militares buscavam solução para o problema levantado para as cidades, como distribuir água. Seção de comunicação social e operações civis que realizavam monitoravam junto à liderança da população e da sociedade organizada (ONGs).</p>
<p>Major</p>	<p>Por eu ter fluência no francês, muitas vezes participei de reuniões de liderança nos bairros com líderes dos feudos (junto com a MINUSTAH, policia nacional haitiana e os componentes militares responsáveis pelo setor). Nessas reuniões tomávamos conhecimento do que estava acontecendo, por exemplo, casos de patrulha se excedendo ou falta de patrulha em determinados locais o que nos possibilitava fazer ajustes. Essas reuniões também ocorriam junto às ONGs que eram informadas pelas lideranças femininas sobre os casos de violência sexual, o local e hora que aconteciam, quem praticava, etc. Nesses feedbacks sentíamos como termômetro para fazermos projetos de impacto rápido (<i>quick projects</i>). A título de exemplo, fizemos um projeto de reserva de água com verba da ONU e um haitiano que estudou engenharia nos EUA, o que proporcionou credibilidade das tropas brasileiras perante a população. Fizemos também ações com pessoal das pastorais (igrejas), civis da ONU, entre outros, o que nos dava credibilidade.</p>

Tabela IV: Notação do Objeto de Atitude “Monitoramento”.

OA (Objeto de Atitude)	c (conector verbal)	Ano Referência	Cm			Produto (c x cm)
			Valor de c	cm (Termo de Significação Comum)	Valor de cm	
1. Monitoramento	é feito	2010	+3	sistematicamente.	+3	+9
2. Monitoramento	é realizado	2010	+3	diariamente pela equipe de operações psicológicas.	+3	+9
3. Monitoramento	que participei	2010	+3	junto à lideranças, ONGs, etc.	+3	+9
					Total	
					=	+27

Resultado Médio +3

Em uma escala de sete escalões, o resultado médio para o objeto de atitude “monitoramento” é de 3 (positivo). A média máxima deriva do fato de que foi constatado em todas as respostas a prática de monitoramento das ações das tropas brasileiras junto à população, conforme recomendado pela ONU. Vale ressaltar que essa prática foi uma melhoria adotada pelo Exército Brasileiro, visto que antes de 2004 esse tipo de monitoramento ocorria apenas de maneira informal (uma avaliação pessoal dos militares) e atualmente passou a ser realizada de forma sistemática pela equipe de operações psicológicas e pela área de comunicação social do batalhão.

4.2.2.4 Da pergunta 4

- **Pergunta 4:** *Foi(ram) realizado(s) projeto(s) de rápido impacto (QUIPs) na(s) operação(ões) de paz que o senhor participou que resultasse(m) em uma diferença visível na vida da população local nos primeiros estágios da operação?*

O Quadro XI evidencia as respostas obtidas dos Oficiais Superiores, literalmente transcritas, quando questionados a respeito da realização de *QUIPs* nos estágios iniciais da operação de paz.

Quadro XI: Respostas dadas pelos Oficiais Superiores para a pergunta 4.

Posto	Resposta Dada
General de Divisão	No início, esses “QUIPs” foram muito mais significativos do que na atualidade, na medida em que naquela época (2004) o país estava ressurgindo de um caos e os “QUIPs” eram muito usados para diminuir a reação ou imagem de receio por parte da população em relação à tropa brasileira, ou seja, usávamos os “QUIPs” para nos aproximar da população (por exemplo, construímos poços artesianos, praças, igrejas, escolas, orfanatos, etc). Tudo isso reverteu em um aumento no nível de felicidade da população o que repercutiu no fortalecimento da confiança com relação às tropas brasileiras.
Coronel	O comportamento das tropas brasileiras que ocuparam o lugar das tropas americanas em 2004 já causou um impacto muito grande (americano tratava o povo com um sentimento de superioridade) o que tornou as tropas brasileiras bem aceitas pela população. Mas muitos quick impact project (QIPs) foram de forma não planejada , foi a índole brasileira que fez a diferença. Foi algo imediato quando tropas brasileiras chegaram e saíram para rua já houve mudança na população. QIPs foram realizados a partir de 04 meses do início da operação: exemplo revitalização de praça de acordo com normas da ONU e com verbal do quartel e revitalização de um forte em um local importante que atualmente é ponto turístico. <i>No início da missão não havia domínio da legislação para a elaboração e execução de QIPs.</i> Apenas depois do estudo realizado pelos militares brasileiros e conversando com pessoal da ONU é que se desenvolveu a prática de QIPs.
Major	Tiveram vários QUIPs que foram imediatos para população justamente em áreas bem carentes que foram formidáveis. Tiveram ACISOS (ações cívico-sociais) com população local, como por exemplo, oficinas de dança, distribuição de alimentos, roupas, etc. O método de distribuição criado pelas tropas brasileiras virou referência. Tirávamos os homens da fila e as mulheres recebiam alimentos e eram vigiadas dentro do perímetro de patrulhamento para evitar que fossem saqueadas.

Tabela V: Notação do Objeto de Atitude “QUIPs nos primeiros estágios”.

OA (<i>Objeto de Atitude</i>)	c (<i>conector verbal</i>)	Ano Referência	Cm			Produto (<i>c x cm</i>)
			Valor de c	cm (<i>Termo de Significação Comum</i>)	Valor de cm	
1. QUIPs nos primeiros estágios	Eram	2004	+3	muito usados.	+3	+9
2. QUIPs nos primeiros estágios	Foram	2004	+2	muitos de forma não planejada.	-2	-4
					Total	+5

Resultado Médio +0.83

Em uma escala de sete escalões, o resultado médio para o objeto de atitude “monitoramento” é de 0,83 (positivo). Nota-se que foram realizados QIPs nos estágios iniciais da MINUSTAH, porém parte desses QIPs ocorreu de forma não planejada, visto que conforme mencionado por um dos entrevistados “não havia domínio da legislação para elaboração e execução dos QIPs”. Porém, depois de estudos realizados pelos militares brasileiros e sob a orientação da ONU esse conhecimento foi absorvido e a prática de QIPs foi sendo desenvolvida e desde então os mesmos têm sido executados ao longo de toda a missão.

4.2.2.5 Da pergunta 5

- **Pergunta 5:** *Ocorreu(ram) treinamento(s) sobre assuntos relacionados à conduta e disciplina durante o período em que o senhor esteve na operação de paz (Treinamentos indutórios in mission)?*

O Quadro XII evidencia as respostas obtidas dos Oficiais Superiores, literalmente transcritas, quando questionados a respeito da realização de treinamento indutório *in mission*.

Quadro XII: Respostas dadas pelos Oficiais Superiores para a pergunta 5.

Posto	Resposta Dada
General de Divisão	Os treinamentos fazem parte do pacote da ONU (pre-deployment) e quando a tropa chega ao Haiti, depois das medidas administrativas (identificação e outros procedimentos) as tropas passam por treinamento de indução na primeira oportunidade. Esse treinamento é obrigatório , sendo que quem realiza é o componente militar da missão que organiza, cede as instalações e ministra o treinamento evidentemente contando com o apoio das agências e outros órgãos da ONU. Ou seja, o componente militar planeja o treinamento e convida instrutores “de fora” para ministrá-los. Vale ressaltar que não se trata de instrução militar. O militar vai aprender (refinar) conhecimentos sobre a ONU, Direitos Humanos, aspectos culturais locais, prevenção de abuso sexual, resistência ao álcool, entre outros. Em geral costuma ocorrer 01 vez no período de permanência de cada contingente e se houver necessidade, outros treinamentos de reforço serão ministrados conforme demanda. No caso de abuso sexual, por exemplo, ocorre uma revisão praticamente mensal do assunto.
Coronel	Existe uma célula de treinamento da ONU responsável por treinar todos os militares recém-chegados . Todo assunto cultural, operacional da ONU e do país anfitrião são explicados e demonstrados. E ao longo da estada das tropas no país a mesma célula faz inspeções operacionais. Não houve reciclagem nem treinamentos por conta própria do Exército Brasileiro. Mas a ONU não cobrou reciclagem durante a estada. Dois meses após o treinamento inicial dado pela ONU existe uma avaliação por uma equipe da organização que confere uma nota as tropas e caso apresente deficiência deverá ser providenciado um novo treinamento. Como as tropas brasileiras foram aprovadas nos momentos em que participei, desconheço de outros treinamentos durante a operação.
Major	Sim, tivemos a nível coletivo (reciclagem de procedimentos). Vinha gente da MINUSTAH (ONU) ministrar instruções para o corpo de oficiais e sargentos e também havia treinamentos do próprio comando para o batalhão (tropas) para relembrar procedimentos, nesse caso uma vez por mês entre oficiais e com tropas a cada 15 dias. É importante trabalhar área afetiva, tanto quanto operacional nesses treinamentos, visto que a primeira tem que se muito bem trabalhada uma vez que a paciência diminui e o nervosismo tende a aumentar ao longo da missão.

Tabela VI: Notação do Objeto de Atitude “Treinamento Indutório in mission”.

OA (<i>Objeto de Atitude</i>)	c (<i>conector verbal</i>)	Ano Referência	Cm		Valor de cm	Produto (<i>c x cm</i>)
			Valor de c	cm (<i>Termo de Significação Comum</i>)		
1. Treinamento indutório in mission	É	2010	+3	obrigatório.	+3	+9
2. Treinamento indutório in mission	Existe	2010	+3	para treinar todos os recém chegados.	+3	+9
3. Treinamento indutório in mission	foram ministrados	2010	+3	a nível coletivo.	+3	+9
					Total	+27

Resultado Médio +3

Em uma escala de sete escalões, o resultado médio para o objeto de atitude “treinamento indutório in mission” é de 3 (positivo). A média máxima foi atribuída como resultado da menção por todos entrevistados da existência desse tipo de treinamento pelo menos uma vez durante a estada do contingente (que muda a cada 06 meses). Existe a previsão de treinamentos complementares sempre que necessário de acordo com as deficiências apresentadas pela tropa.

4.2.2.6 Da pergunta 6

- **Pergunta 6:** *Quais os métodos de treinamento utilizados pelo Exército Brasileiro no preparo de suas tropas para participar me operações de manutenção da paz da ONU?*

O Quadro XIII evidencia as respostas obtidas dos Oficiais Superiores, literalmente transcritas, quando questionados a respeito dos métodos de treinamento utilizados pelo Exército Brasileiro para preparo de suas tropas que irão participar de operações de paz.

Quadro XIII: Respostas dadas pelos Oficiais Superiores para a pergunta 6.

Posto	Resposta Dada
General de Divisão	Cada contingente tem 06 meses de treinamento <i>pre-deployment</i> , 06 meses de missão e passa por 02 meses de desmobilização. No caso dos treinamentos há que se considerar 02 públicos-alvo: Estado Maior do batalhão e a tropa. Para o Estado Maior são apresentados temas ao nível de engajamento (Divisão) que eles terão que enfrentar no Haiti, nível de assessoramento, cursos regulares e frequentemente Oficiais do Estado Maior se reúnem no Rio de Janeiro (CCOPAB) e têm cursos e seminários com duração de 01 semana com temas variados. Para a tropa a situação é um pouco mais específica. As tropas vão tendo instrução específica para a missão em suas unidades de origem e o final do período de treinamento inclui um exercício Básico de Operações de Paz (BOP) no terreno e um Exercício Avançado de Operações de Paz também no campo (EAOP), do qual participam todos os integrantes (Estado Maior e tropa).
Coronel	Os métodos de treinamento compreendem palestras (expositivo), entrevistas de compatibilidade social, estudo de caso (apresentados pela última tropa que retornou da operação) e por fim cria-se uma cidade cenográfica em que são recriadas situações vividas pelo último contingente a fim de treinar o comandante e a tropa naquela situação além de refazer uma reciclagem operacional do combatente. São apresentados vídeos trazidos pela última tropa.

Major	<p>Preparação para a operação de paz no Timor Leste foi participativa, mas mais teórica. Preparação passa primeiro pelo período de seleção (para tropa é estressante porque não sabem quem será titular ou reserva até o momento de partida). No caso do Haiti, meu contingente fez um treinamento relâmpago pelo imprevisto do terremoto, ou seja, tudo que é feito em 06 meses foi feito em 1 mês e meio. Eu preparei o 15º contingente, 06 meses de preparação com estudos de caso. Nas três últimas semanas há um simulado sendo que na primeira fase é avaliado como o batalhão em si está sendo operado e depois aplicamos uma situação de como seria o cotidiano dele testando todos os componentes inclusive o Estado Maior. O treinamento contém uma parte prática em que lançamos condutas e vemos a resposta (testar) dos componentes da missão. É durante essa parte prática que demonstramos que determinadas sugestões contidas nas diretrizes gerais (teoria) não funcionam na prática, por exemplo, está previsto que o médico deve fazer patrulha armado, porém isso não condiz com a realidade operacional. <i>As tropas brasileiras ainda não têm a agilidade dos norteamericanos para receber feedback e com base nele implantar uma melhoria. A ação (reposta) no caso deles é instantânea quando identificado um problema.</i></p>
--------------	---

Tabela VII: Notação do Objeto de Atitude “Métodos de treinamento”.

OA (Objeto de Atitude)	c (conector verbal)	Ano Referência	Cm		Produto (c x cm)
			Valor de c	cm (Termo de Significação Comum)	
1. Método de treinamento	inclui	2010	+3	exercício básico no terreno (BOP) e exercício avançado no campo (EAOP).	+9
2. Método de treinamento	compreende	2010	+3	estudos de casos e cidade cenográfica criadas para recriar situações reais, entre outros.	+9
3. Método de treinamento	contém	2010	+3	uma parte prática que lançamos condutas e vemos as respostas dos componentes da missão.	+9
Total					+27
Resultado Médio					+3

Em uma escala de sete escalões, o resultado médio para o objeto de atitude “métodos de treinamento” é de 3 (positivo). Os métodos de treinamento participativo são altamente recomendados pela ONU por apresentarem os melhores resultados em termos de aprendizado. A média máxima obtida decorre do fato de que com base nas entrevistas, foi possível identificar que o treinamento *pre-deployment* oferecido pelo Exército Brasileiro inclui além da parte expositiva, atividades como estudos de casos, simulações de situações reais, entre outros exercícios participativos no campo.

4.2.2.7 Da pergunta 7

- **Pergunta 7:** *O senhor participou de ou houve treinamento(s) ou exercício(s) militares conjuntos entre os diversos contingentes nacionais que compõem a missão, prévio ao desdobramento das tropas para a operação de paz?*

O Quadro XIV evidencia as respostas obtidas dos Oficiais Superiores, literalmente transcritas, quando questionados a respeito da realização de treinamentos ou exercícios conjuntos *pre-deployment* com os contingentes de outras nacionalidades.

Quadro XIV: Respostas dadas pelos Oficiais Superiores para a pergunta 7.

Posto	Resposta Dada
General de Divisão	Há muito intercâmbio de Oficiais proporcionados pelos respectivos Centros de Preparação. Mas atualmente não há esse tipo de treinamento ou exercício conjunto entre os contingentes das distintas nacionalidades que irão compor a missão.

Coronel	Não participei e não tenho conhecimento de nenhum exercício que tenha sido conjunto . O que ocorre são intercâmbios de indivíduos. No entanto, os oficiais participam de exercícios conjuntos de simulado de operações de paz.
Major	Eu apoiei um exercício de operação de paz no Rio Grande do Sul entre contingentes: uruguaio, argentino, americano, paraguaio e o brasileiro (Operação Felino - na década de 90). <i>Esse treinamento ocorreu em nível de tropa</i> (frações) pelotão de cada país e eram feitos trabalhos de ajuda humanitária, cruz vermelha, entre outros. Mas esse tipo de treinamento/exercício conjunto é pouco freqüente. Não me lembro de que tenham sido realizados exercícios conjuntos para operação de paz no Haiti . Sei que têm outros militares nossos que vão para outros países a fim de fazer reciclagem, mas a nível individual, não coletivo. Em minha opinião, acredito que dentro da nossa preparação deveríamos ter uma integração regional nossa, por exemplo, com Peru, Colômbia, Uruguai, Argentino entre outros.

Tabela VIII: Notação do Objeto de Atitude “Treinamentos ou exercícios conjuntos”.

OA (Objeto de Atitude)	c (conector verbal)	Ano Referência	Valor de c	Cm		Produto (c x cm)
				cm (Termo de Significação Comum)	Valor de cm	
1. Treinamentos ou exercícios militares conjuntos	não há	2010	0	atualmente.	0	0
2. Treinamentos ou exercícios militares conjuntos	não tenho	2010	0	conhecimento de nenhum exercício que tenha sido conjunto.	0	0
3. Treinamentos ou exercícios militares conjuntos	não me lembro	2010	0	de que tenham sido realizados.	0	0
					Total	0

Resultado Médio 0

Em uma escala de sete escalões, o resultado médio para o objeto de atitude “métodos de treinamento” é de 0 (neutralidade). Segundo relatórios oficiais da ONU e a literatura, recomenda-se a realização de treinamentos ou exercícios conjuntos entre contingentes de diferentes nacionalidades que irão atuar juntos, prévio ao desdobramento, visando familiarizar com doutrinas uns dos outros e formar forças coerentes com tamanho de brigadas. Pelo que se pode observar nas respostas obtidas por meio das entrevistas, tais tipos de treinamento ou exercícios conjuntos inexistem. Foram encontradas referências a respeito de intercâmbios a nível individual e de um exercício conjunto na década de 90 denominado “Operação Felino”.

4.3 Apresentação dos resultados por Objetivo Específico

4.3.1 Análise Descritiva do Objetivo Específico 01

- **Objetivo Específico 01:** *Identificar e categorizar os parâmetros de excelência que servem de referência para a atuação de tropas militares em operações de manutenção da paz da ONU.*

A partir da técnica de análise de conteúdo aplicada à pesquisa bibliográfica e documental foi possível selecionar 40 parâmetros de excelência os quais foram divididos em 03 categorias: A – Variáveis Atitudinais (vide Quadro III), B – Variáveis Comportamentais (vide Quadro IV) e C – Variáveis Intervenientes (vide Quadro V). Ao ser aplicada, essa ampla gama de parâmetros permite analisar a atuação de tropas em operações de manutenção da paz sob diversas perspectivas e com base no resultado da pesquisa identificar boas práticas, bem como oportunidades de melhoria visando proporcionar uma padrão de qualidade aos contingentes militares para que estejam aptos a implementar o mandato da missão.

4.3.2 Análise Descritiva do Objetivo Específico 02

- **Objetivo Específico 02:** *Avaliar o nível de atuação das tropas brasileiras em operações de manutenção da paz da ONU segundo os parâmetros de excelência selecionados nos relatórios oficiais da Organização e na literatura.*

A avaliação do nível de atuação das tropas brasileiras foi realizada com base nos 12 parâmetros de excelência relacionados na Categoria C (Variáveis Intervenientes) sendo os 05 primeiros parâmetros avaliados por meio da técnica da análise de conteúdo na pesquisa bibliográfica e documental e os outros 07 parâmetros por meio da técnica de análise de conteúdo aplicada às entrevistas estruturadas.

Com base na análise dos dados levantados foi possível identificar que os militares brasileiros selecionados para participar de operações de manutenção da paz da ONU passam por um rigoroso processo de recrutamento que além de incluir requisitos para garantir que o pessoal seja qualificado e habilitado, tem previsto em lei a proibição de seleção de conscritos para a função. Dessa forma, apenas militares com idade igual ou maior de 19 anos estão aptos a participar do processo de seleção. Por outro lado, o número de mulheres presentes nas tropas brasileiras ainda é baixo quando comparado a proporção média apresentada pela ONU. No caso do envio de tropas pré-estabelecidas, também está previsto na legislação que deve ser priorizado o envio de contingentes compostos por militares de um mesmo Comando Militar de Área reforçando a coesão da tropa. Vale ressaltar que para cada contingente desdobrado, o Brasil segundo o número de tropas atualmente desdobradas tem capacidade para contar com mais 02 contingentes a fim de realizar o rodízio das tropas sem prejudicar o bom andamento da missão. Por fim, os militares brasileiros que participam de operações de paz no exterior recebem a remuneração normalmente, além de uma indenização em moeda estrangeira e contam ainda com

o direito de auxílio para despesa com deslocamento e instalação, prática essa que não é comum entre os TCCs que suspendem o pagamento da remuneração de seus militares os quais contam apenas com a indenização em moeda estrangeira.

No caso da entrevista, os resultados da análise dos parâmetros tiveram como base uma escala de sete escalões sendo que as tropas brasileiras obtiveram nível +3 (máximo) para os tratamentos dos casos de quebra de conduta, o monitoramento da imagem das tropas junto à população, treinamento indutório *in mission* e metodologia de treinamento. Essa nota foi atribuída uma vez que o Exército Brasileiro trata com rigor os militares envolvidos em casos de quebra de conduta para que a punição sirva de exemplo evitando que tais práticas se repitam. Ademais são adotados procedimentos preventivos que permitem antecipar e mitigar esse tipo de problema. Com relação, ao monitoramento da imagem das tropas brasileiras junto à população local, foi comprovado que o Exército Brasileiro conta com profissionais da área de comunicação que realizam com frequência e de forma sistemática esse monitoramento junto não só à população local, mas também às lideranças e ONGs. No que diz respeito ao treinamento indutório *in mission*, todos os militares recebem treinamento assim que chegam ao local da operação e caso ao longo do período de permanência das tropas sejam identificadas deficiências, novos treinamentos são providenciados. A metodologia de treinamento por sua vez é composta por uma parte expositiva e outra participativa sendo que a última inclui simulações reais, muitas das quais provenientes de “cases” trazidos por militares recém-chegados da missão. No entanto, ainda por meio das entrevistas foram identificados alguns pontos de melhoria com relação ao armamento e equipamento, aos QUIPs e ao treinamento e exercício conjunto com tropas de outras nacionalidades, os quais serão analisados tópico 4.3.3 a seguir.

Infere-se, portanto que há evidências de que as práticas adotadas pelo Exército Brasileiro com relação às suas tropas enviadas para missões de paz condizem com as recomendações realizadas pela Organização. Tais práticas contribuem para o bom desempenho dos contingentes brasileiros em operações de manutenção da paz da ONU.

4.3.3 Análise Descritiva do Objetivo Específico 03

- **Objetivo Específico 03:** *Identificar os possíveis pontos de melhoria com relação à atuação das tropas brasileiras em operações de manutenção da paz da ONU.*

Os resultados da pesquisa bibliográfica e documental assim como das entrevistas estruturadas apresentaram evidências de que a atuação das tropas brasileiras está alinhada com as recomendações contidas nos relatórios oficiais emitidos pela ONU, bem como na literatura existente sobre o tema. No entanto, foram identificadas algumas oportunidades de melhoria. Com relação à proporção de mulheres nas tropas brasileiras, foi possível observar que o mesmo é inferior quando comparado com a proporção apresentada no âmbito geral das operações de paz. No que diz respeito ao armamento e equipamento utilizados pelas tropas brasileiras, notou-se uma clara evolução da adequação dos mesmos às necessidades da missão, porém ainda há espaço para melhorias. Nesse requisito, foi mencionada na entrevista a existência de um projeto de melhoria e inovação do armamento e equipamento brasileiros. Os QUIPs (*Quick Impact Projects*) passaram a ser mais utilizados pelas tropas brasileiras conforme a legislação sobre a execução desses projetos foi sendo assimilada pelos militares. Esse processo de aprimoramento fez com que os militares possam atualmente citar vários exemplos de QUIPs recentes de sucesso. Por fim, a inexistência de prática de treinamento e exercício conjuntos com tropas de outras nacionalidades, prévio ao desdobramento, também pode passar a ser adotada pelo Exército Brasileiro como estratégia para formar forças militares coesas para atuação em operações de paz.

4.3.4 Análise Descritiva do Objetivo Específico 04

- **Objetivo Específico 04:** *Verificar a existência de um padrão de atuação (modus operandi) das tropas brasileiras em operações de manutenção da paz.*

Por meio da análise exploratória descritiva foram encontrados indícios de que o Exército Brasileiro adota práticas a fim de assegurar um modelo de atuação de seus militares em operações de paz. Os elementos que asseguram o *modus operandi* das tropas brasileiras incluem um rigoroso processo de recrutamento e seleção previstos por meio de legislação, além de treinamento segundo diretrizes específicas de preparo com metodologia expositiva e participativa prévio ao desdobramento, bem como indutório *in mission*. Tais fatores estão aliados a um tratamento rígido dos casos que fogem ao padrão, como por exemplo, casos de quebra do código de conduta, visando à manutenção do modelo.

4.3.5 Análise Descritiva do Objetivo Específico 05

- **Objetivo Específico 05:** *Fornecer informações estratégicas para o bom desempenho das tropas brasileiras em operações de manutenção da paz.*

Os 40 parâmetros de excelência selecionados e relacionados na presente pesquisa fornecem informações estratégicas para a atuação das tropas em operações de paz. Cada recomendação está devidamente fundamentada e justificada pela sua respectiva fonte, tornando-se referência em termos de “boas práticas” que visam assegurar o alto nível de desempenho das tropas e conseqüente êxito da missão de paz.

5. CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo abordou o tema a atuação das tropas brasileiras em operações de manutenção da paz da ONU. Buscou-se responder ao questionamento referente ao nível da atuação dos contingentes militares enviados para missões de paz. Para tanto, foi realizada uma extensa revisão e análise dos relatórios oficiais emitidos pela Organização a partir do *Brahimi Report* (2000) que deu início a uma série de reformas nas operações de paz, bem como da literatura existente sobre o tema. Tal revisão permitiu identificar 40 recomendações direcionadas às tropas militares participantes de operações de paz visando pregar “boas práticas” que contribuem para o bom desempenho dos contingentes. As recomendações selecionadas foram convertidas em parâmetros de excelência os quais foram agrupados em 03 categorias, classificados conforme o tipo de variável a que cada um se refere: atitudinal, comportamental ou interveniente. As variáveis intervenientes foram utilizadas para avaliar o nível de atuação das tropas brasileiras em operações de manutenção da paz da ONU.

À luz do grupo de parâmetros de excelência selecionado, foi realizada uma pesquisa exploratória descritiva por meio de instrumentos de coleta de dados que incluem pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas estruturadas. Os dados levantados foram analisados por meio de técnicas de análise de conteúdo. Com base nos resultados obtidos é lícito presumir que a atuação das tropas brasileiras está alinhada com os parâmetros de excelência estabelecidos como referência para a análise. Foram encontrados diversos indícios de que o Exército Brasileiro adota práticas que condizem com as recomendações da ONU e da literatura. Entre essas práticas podem ser citadas o envio de militares com idade mínima igual ou maior de 19 anos, a prioridade no envio de unidades já estabelecidas (contingentes compostos por um mesmo Comando Militar de Área), a existência de dois contingentes para cada contingente desdobrado permitindo realizar de forma adequada o rodízio entre as tropas nacionais, uma remuneração incrementada pela

indenização em moeda estrangeira e por auxílio complementar para transporte e instalação, tratamento rígido dos casos de quebra do código de conduta após confirmação da conduta por meio de inquérito, monitoramento constante e sistemático junto à população local com relação à imagem das tropas brasileiras, prática obrigatória de treinamento indutório *in mission* para os militares recém-chegados na missão e utilização de métodos de treinamento que abarcam técnicas expositivas e participativas. Dessa forma há evidências do bom nível de desempenho apresentado pelas tropas brasileiras em operações de manutenção da paz empreendidas pela ONU.

Como subproduto da análise dos resultados obtidos também foi possível identificar pontos passíveis de melhoria, como o incremento da presença feminina nas tropas brasileiras enviadas para operações de manutenção da paz, avanço das melhorias com relação ao armamento e equipamento utilizado pelo combatente, aprofundamento do conhecimento da utilização dos QUIPs e realização de treinamentos e exercícios conjuntos prévios ao desdobramento com tropas militares de outras nacionalidades. Ademais, os exigentes critérios (previstos em lei) de recrutamento e seleção dos militares que compõe contingentes enviados para operações de paz, bem como as boas práticas na condução de treinamentos prévios ao desdobramento e indutório *in mission* segundo diretrizes gerais de preparo aprovadas pelo COTER e a adoção de medidas rígidas no trato de casos de quebra do código de conduta são práticas que contribuem para a manutenção de um padrão de atuação das tropas brasileiras enviadas para operações de paz. A relação de parâmetros de excelência apresentada na pesquisa fornece ainda informações visando contribuir para a formulação de estratégias que proporcionem uma melhoria contínua do desempenho das tropas brasileiras em missões de paz.

Portanto, atualmente a atuação das tropas brasileiras está em consonância com os parâmetros de excelência estabelecidos pela ONU e encontrados na literatura, ou seja, o Exército Brasileiro segue as recomendações referentes às “boas práticas” que visam garantir um alto desempenho das tropas em operações de manutenção da paz da ONU.

Sugestões para futuros estudos

“Se você não puder ser uma árvore frondosa
No alto de uma montanha
Seja um pequeno arbusto na beira do rio
Mas seja o melhor arbusto que você puder ser.”

D. Mallock

Um trabalho de pesquisa nunca se esgota em si mesmo. Trata-se de uma pesquisa exploratória descritiva e ao longo da pesquisa descobriu-se uma enormidade de outros assuntos aos quais o objeto de estudo está relacionado, porém não foram contemplados ou não foram detalhados em função do escopo do trabalho e das limitações impostas ao pesquisador. Nesse contexto, outras dimensões relevantes ao objeto de estudo permitem vislumbrar as seguintes sugestões para futuras pesquisas a fim de refinar a análise da atuação das tropas brasileiras em operações de manutenção da paz:

- Analisar os reflexos do fator político no nível de atuação das tropas brasileiras em operações de manutenção da paz;
- Avaliar a atuação das tropas brasileiras segundo as variáveis atitudinais e comportamentais relacionadas como parâmetros de excelência;
- Aprofundar a pesquisa a fim de descrever detalhadamente o padrão de atuação das tropas brasileiras em operações de manutenção da paz.

Referência Bibliográfica

- BOYARD, J. *L'ONU et les Opérations de Maintien de la Paix*. Ed. L'ImprimeurII, Haiti, 2010.
- BRAHIMI REPORT [A/55/305-S/2000/809]. Assembléia Geral e Conselho de Segurança das Nações Unidas, New York, NY, 2000.
- BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Portaria n° 0001 – COTer, de 01 de fevereiro de 2002**. Diretriz para o Preparo de Contingente PE designado para integrar Missão de Paz, Brasília, DF, 2002.
- _____. Ministério da Defesa. Estado – Maior da Defesa. **MD 33 – M –01**: manual de Operações de Paz, 1ªed. Brasília –DF: Subchefia de Operações (SC3 – 20). Estado - maior da Defesa, 2001.
- _____. Ministério da Defesa. Estado – Maior da Defesa. **Manual de Campanha – Operações de Manutenção da Paz (C 95-1)**, Brasília, 1988.
- _____. Exército. Estado-Maior. **IG 10 – 55**: Instruções Gerais para as Missões no Exterior, Brasília, DF, 1994.
- _____. Exército. Estado-Maior. **Portaria n° 037**: Diretriz Geral para a Estruturação, a Seleção e o Preparo de Contingentes para Missões de Paz, Brasília, DF, 2010.
- _____. Exército. Estado-Maior. **Portaria n° 038**: Diretriz para Elaboração dos Quadros de Organização (QO) das OM de Força de Paz, Brasília, DF, 2010.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei n° 10.937 de 12 de agosto de 2004 – DOU de 13/08/2004**. “Dispõe sobre a remuneração dos militares, a serviço da União, integrantes de contingente armado de força multinacional empregada em operações de paz”, Brasília, DF, 2004.
- DIAS, M. E. G. *Missões de Segurança e de Paz da ONU: oportunidade para emprego e preparo da força terrestre*. Rio de Janeiro: ECEME, 1994.
- DURCH, W. J. *Twenty-First-Century Peace Operations*. Ed. William J. Durch, Washington, DC, 2006.

FOUNTOURA, P. R. C. T. *O Brasil e as Operações de Paz das Nações Unidas*. FUNAG, Brasília, 2005.

GOULDING, M. *The Evolution of United Nations Peacekeeping*. International Affairs (Royal Institute of International Affairs 1944-), Vol. 69, No. 3(Jul., 1993), pp. 451-464.

HANDBOOK ON UNITED NATIONS MULTIDIMENSIONAL PEACEKEEPING OPERATIONS. Peacekeeping Best Practices Unit from DPKO, New York, NY, 2003.

JAKOBSEN, P. *The Nordic Peacekeeping Model: Rise, Fall, Resurgence?*. In: **International Peacekeeping**, vol. 13, no. 3, 2006.

JONES, B. *et al. Building on Brahimi: Peacekeeping in an era of Strategic Uncertainty*. NYU Center on International Cooperation, New York, NY, 2009.

LIMA, J. P. C.; ANTUNES, M. T. P.; MENDONÇA NETO, O. R.; PELEIAS, I. R. *Reflexões para a Proposição de um Esquema Teórico para a Aplicação do Estudo de Caso em Pesquisas no Brasil*. In: **V Congresso ANPCONT**, 2011, Vitória-ES. V Congresso ANPCONT, 2011.

LIMA, M. R. S. *Diplomacia, defesa e a definição dos objetivos internacionais: o caso brasileiro*. Ed. FGV, Rio de Janeiro, RJ, 2010.

MARRA, C. A. C. *A Importância do Adestramento Antecipado da Tropa de Polícia do Exército em Preparação para Missões de Paz*. Rio de Janeiro: ESAO, 2003.

NEW PARTNERSHIP AGENDA. United Nations DPKO e DFS, New York, NY, 2009.

OYADOMARI, J.C. T. *Uso dos sistema de controle gerencial e desempenho: um estudo em empresas brasileiras sob a ótica da VBR*. Tese de Doutorado da USP, São Paulo, SP, 2008.

PEACE OPERATIONS 2010 [A/60/696]. General Assembly, New York, NY, 2006.

PEARSON CENTRE POUR LE MANTEN DE LA PAIX. PEACEKEEPING CENTER. Disponível <<http://www.peaceoperations.org/index.php/peacekeeping-resources/books/lang/en/>> Acesso em 25 nov 2011.

SHAMSIE, Y.; THOMPSON, A. S. *HAITI hope for a fragile State*. Ed. Wilfrid Laurier University Press, Canada, 2005.

TEN RULES: CODE OF PERSONAL CONDUCT FOR BLUE HELMETS. United Nations Conduct and Discipline Unit, New York, NY, 1998.

THAKUR, R. *United Nations Peacekeeping Operations: Ad Hoc Missions Permanent engagement*. Ed. United Nations Press, New York, 2010.

THE PEARSON PAPERS: Latin America and Peace Operations: Partners and Perspective, Volume 13, Canada, 2011.

UN Department of Peacekeeping Operations (DPKO). “Current Operations.” 2010, <<http://www.un.org/en/peacekeeping/currentops.shtml>> Acesso em 20 nov 2011.

_____. “Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel.” 2010, <<http://www.un.org/en/peacekeeping/contributors/>> Acesso em 20 nov 2011.

_____. “UN Mission’s Contribution by Country, as of 31 July 2010.” 2010, <http://www.un.org/en/peacekeeping/contributors/2010/july10_5.pdf> Acesso em 20 nov 2011.

United Nations Department of Political Affairs. “Peacebuilding.” 2010, <<http://www.un.org/wcm/content/site/undpa/main/issues/peacebuilding>> Acesso em 20 nov 2011.

UZIEL, E. *O Conselho de Segurança, as Operações de Manutenção da Paz e a inserção do Brasil no Mecanismo de Segurança Coletiva das Nações Unidas*. FUNAG, Brasília, 2010.

WE ARE UNITED NATIONS PEACEKEEPERS. United Nations Department of Peacekeeping Operations Training Unit, New York, NY, data não informada.

YEAR IN REVIEW 2010. Peace and Security Section of the United Nations Department of Public Information, New York, NY, 2011.

YIN, R. K. *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos*. 3ª Edição, Ed. Bookman, Porto Alegre, RS, 2005.

ZEID REPORT [A/59/710]. United Nations General Assembly, New York, NY, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A

ROTEIRO DA ENTREVISTA ESTRUTURADA REALIZADA COM OS OFICIAIS SUPERIORES DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Local e data da entrevista:

Duração da entrevista:

Perfil dos Respondentes

Posto do entrevistado:

Arma do entrevistado:

Há quanto tempo serve o Exército Brasileiro (ativa):

Missões que participou (ano):

Função(ões) desempenhada(s) na(s) missão(ões):

Função desempenhada no momento da seleção:

Perguntas

1-) Qual a opinião do senhor com relação ao armamento e equipamentos utilizados pelas tropas brasileiras na(s) operação(ões) de manutenção da paz da ONU que o senhor participou? (Complemento se necessário: Adequado? Correspondiam às exigências previstas no Memorando de Entendimento?)

Resposta:

2-) Como o senhor avalia o tratamento conferido aos casos de militares brasileiros que quebraram o código de conduta e apresentarem mau comportamento na(s) operação(ões) de paz

que o senhor participou? (Complemento se necessário: Conforme previstos pela ONU? Houve investigação por parte dos funcionários da ONU? O Governo brasileiro impôs sanções legais? Evitou reincidência, a punição serviu de exemplo?)

Resposta:

3-) Na(s) operação(ões) de paz que o senhor participou, foi realizado pelos próprios militares brasileiros monitoramento junto à população local a fim de avaliar os efeitos da sua presença? (Complemento se necessário: Caso a resposta seja afirmativa, com que frequência? Qual foi o resultado do monitoramento? Foram corrigidos eventuais descontentamentos?)

Resposta:

4-) Foi(ram) realizado(s) projeto(s) de rápido impacto na(s) operação(ões) de paz que o senhor participou que resultasse(m) em uma diferença visível na vida da população local nos primeiros estágios da operação? (Complemento se necessário: Primeiros estágios? Realização de projetos de rápido impacto?)

Resposta:

5-) Ocorreu(ram) treinamento(s) sobre assuntos relacionados à conduta e disciplina durante o período em que o senhor esteve na operação de paz? (Complemento se necessário: Caso a resposta seja afirmativa, para quem? Praças? Oficiais? Com que frequência? Qualidade? Treinamentos indutórios in mission).

Resposta:

6-) Quais os métodos de treinamento utilizados pelo Exército Brasileiro no preparo de suas tropas para participar de operações de manutenção da paz da ONU? (Complemento se necessário: São altamente participativos? *Role-plays*? Grupos de trabalho? Estudos de casos adaptados ao contexto local?)

Resposta:

7-) O senhor participou de ou houve treinamento(s) ou exercício(s) militares conjuntos entre os diversos contingentes nacionais que compõem a missão, prévio ao desdobramento das tropas para a operação de paz?

Resposta: